



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAMILLE GUILARDI

SEMEANDO SOJA, COLHENDO REPRIMARIZAÇÃO:

Como a exportação de soja para a China planta a dependência econômica no Brasil

FLORIANÓPOLIS

2025

CAMILLE GUILARDI

SEMEANDO SOJA, COLHENDO REPRIMARIZAÇÃO:

Como a exportação de soja para a China planta a dependência econômica no Brasil

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Helton Ricardo Ouriques

FLORIANÓPOLIS

2025

Guilardi, Camille

Semeando Soja, Colhendo Reprimarização : Como a exportação de soja para a China planta a dependência econômica no Brasil / Camille Guilardi ; orientador, Helton Ricardo Ouriques, 2025.

69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Reprimarização. 3. Dependência Econômica. 4. Relação Brasil - China. I. Ouriques, Helton Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Camille Guilardi

Semeando Soja, Colhendo Reprimarização:

Como a exportação de soja para a China planta a dependência econômica no Brasil

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais.

Florianópolis, 2 de dezembro de 2025.

Banca examinadora

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Orientador

Prof. Dr. Fernando Seabra
Universidade Federal de Santa Catarina

Mestra Paola Huwe de Paoli
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr. Orientador
Florianópolis, 2025

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não se fez sozinho e, por isso, sinto a obrigação — e o prazer — de agradecer a quem acreditou em mim e me impulsionou até aqui.

Primeiro, aos amigos da faculdade: Ane, Gustavo, Eloá, Lary, Vitor, Renata, Thomas, Victória e Isadora. Sem vocês, eu não teria me encontrado. Compartilhamos momentos que pareciam roteiro de filme. Fui a última a completar a graduação, o que me deu o privilégio de aplaudir a conquista de cada um da primeira fila. Agradeço constantemente por me ensinarem sobre amor e amizade; serei eternamente grata.

Lary, Vitor e Eloá: obrigada por, em meio a todas as impossibilidades, serem certeza constante. A Ane e Gustavo: obrigada por estarem comigo nas reviravoltas de crescer sozinha em uma cidade nova e dividirem os primeiros apartamentos. Que sorte viver a casa dos 20 anos rindo com vocês pelos cômodos do lar que escolhemos.

À Ane em especial, minha parceira de mundo: você protagonizou o dia mais feliz da minha vida, apresentando-me os lagos azuis de Potrerillos e a Cordilheira dos Andes. Tudo teve um brilho extra porque, mesmo separadas, eu sabia que a noite terminaria conosco falando sobre o vinho barato e o céu estrelado argentino.

Aos amigos da vida, a família que escolhi: Érica, Anna, Davi e Catarina. Devo muito de quem sou a quem vocês são. Davi, obrigada por apoiar e ajudar a realizar meus sonhos. Érica, minha irmã de alma, obrigada por estar ao meu lado mesmo nos erros e pelo acolhimento da sua família, que acabou se tornando a minha.

A Argentina, gracias por haber sido mi hogar en el momento más delicado de mi vida. El intercambio me abrió los ojos y me permitió vivir sueños jamás soñados. A Gael, mi mejor amigo mexicano: hay cosas que jamás viviré con otra persona. Entre ellas: salir a buscar la primera hornada de medialunas a las 5 de la mañana y nuestra incansable búsqueda de la quesadilla perfecta. Crisol 25 fue el lugar más feliz del mundo durante los 3 meses en que compartimos habitación en un país desconocido.

Agradeço à UFSC, pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Muito do que sou se deve a soma do impacto de todos os encontros ali vividos.

Finalizo com uma citação da Carla Madeira, que sintetiza muito bem os últimos 5 anos:

“É preciso uma coincidência qualquer para que o amor se instale. Existe um certo milagre nos encontros. Não é tolo dizer que o amor é sagrado.””

RESUMO

O presente trabalho analisa a reconfiguração da economia brasileira no século XXI, focando na intensificação das relações comerciais com a China e na crescente especialização na produção e exportação de soja. Contextualiza-se a trajetória histórica do Brasil marcada pela dependência de produtos primários e investiga-se como a ascensão chinesa e o subsequente superciclo das commodities aprofundaram essa dinâmica, levantando a hipótese de um processo de reprimarização produtiva. O objetivo central é compreender como a especialização na soja *in natura*, destinada majoritariamente ao mercado chinês entre 2001 e 2024, reforça a dependência econômica, promove a desindustrialização e reedita a posição periférica do Brasil no sistema-mundo, mesmo gerando superávits comerciais. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza revisão bibliográfica e análise documental, articulando a Teoria da Dependência e a Análise do Sistema-Mundo com modelos como a Doença Holandesa e dados secundários sobre comércio, indústria e impactos socioambientais. O primeiro capítulo estabelece o referencial teórico. O segundo contextualiza a ascensão chinesa e seu impacto na demanda por soja. O terceiro analisa empiricamente o caso brasileiro, detalhando a especialização, a concentração da pauta exportadora, a perda de densidade industrial e as consequências socioambientais. O quarto capítulo discute alternativas, explorando experiências internacionais e propondo políticas de agregação de valor, inovação e industrialização verde. Conclui-se que a especialização na soja, embora conjunturalmente benéfica para a balança comercial, consolida um modelo neoextrativista dependente, sendo necessária uma reorientação estratégica, via políticas públicas coordenadas, para a superação dessa condição.

Palavras-chave: Dependência Econômica; Reprimarização; Soja; Relações Brasil-China; Desenvolvimento Econômico; Política Industrial; Bioeconomia.

ABSTRACT

This study analyzes the reconfiguration of the Brazilian economy in the 21st century, focusing on the intensification of trade relations with China and the growing specialization in soybean production and export. It contextualizes Brazil's historical trajectory marked by dependence on primary products and investigates how China's rise and the subsequent commodity supercycle deepened this dynamic, raising the hypothesis of a process of productive reprimarization. The central objective is to understand how the specialization in soybeans *in natura*, primarily destined for the Chinese market between 2001 and 2022, reinforces economic dependence, promotes deindustrialization, and re-establishes Brazil's peripheral position in the world-system, despite generating trade surpluses. The research, qualitative in nature, employs bibliographic review and documentary analysis, articulating Dependency Theory and World-System Analysis with models such as the Dutch Disease and secondary data on trade, industry, and socio-environmental impacts. The first chapter establishes the theoretical framework. The second contextualizes China's rise and its impact on soybean demand. The third empirically analyzes the Brazilian case, detailing the specialization, the concentration of the export basket, the loss of industrial density, and the socio-environmental consequences. The fourth chapter discusses alternatives, exploring international experiences and proposing policies for value addition, innovation, and green industrialization. It concludes that specialization in soybeans, although conjuncturally beneficial for the trade balance, consolidates a dependent neo-extractivist model, requiring a strategic reorientation through coordinated public policies to overcome this condition.

Keywords: Economic Dependence; Reprimarization; Soybeans; Brazil-China Relations; Economic Development; Industrial Policy; Bioeconomy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. DEPENDÊNCIA, SISTEMA MUNDO E OS DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO	8
1.1. A Teoria da Dependência	9
1.2. A Análise do Sistema-Mundo e os Ciclos de Acumulação	11
1.3. Doença Holandesa e a Maldição dos Recursos Naturais	14
1.4. Desenvolvimento dependente e reprimarização produtiva: entre permanências e reconfigurações	16
2. A ASCENSÃO DA CHINA E O BOOM DAS COMMODITIES	20
2.1. A transformação econômica da China e seu impacto global	21
2.2. O “efeito China” no mercado internacional de commodities	23
2.3. Relações comerciais Brasil-China: evolução e características	25
2.4. A explosão da demanda chinesa por soja: dados e tendências	27
3. SEMEANDO SOJA, COLHENDO DEPENDÊNCIA: O CASO BRASILEIRO	31
3.1 A especialização do agronegócio brasileiro na produção de soja	32
3.2 Impactos da expansão sobre a pauta exportadora	34
3.3 A perda da densidade industrial e a reprimarização acelerada	36
3.4 Consequências sociais, regionais e ambientais do modelo primário-exportador	38
4. ALTERNATIVAS PARA SUPERAR A DEPENDÊNCIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA	40
4.1 Experiências internacionais de diversificação produtiva	42
4.2 Políticas de agregação de valor no agronegócio e na indústria: além do grão e do farelo	45
4.3 O papel da inovação e da industrialização verde	47
4.4 Um projeto para o Brasil: propostas de política econômica para a superação do modelo primário-exportador	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo de sua história econômica, tem vivenciado ciclos marcados pela proeminência de produtos primários em sua pauta de exportações, configurando uma inserção internacional frequentemente caracterizada pela dependência e pela vulnerabilidade a choques externos. No início do século XXI, a ascensão da China como potência econômica global e principal parceira comercial do país inaugurou um novo capítulo nessa trajetória. O chamado superciclo das commodities, impulsionado pela demanda chinesa, trouxe consigo um expressivo crescimento das exportações brasileiras, com destaque absoluto para o complexo da soja. Essa intensificação da relação sino-brasileira, centrada na venda massiva da oleaginosa, gerou superávits comerciais recordes e foi frequentemente celebrada como um motor de desenvolvimento e modernização do agronegócio.

Contudo, por trás da aparente prosperidade, emergem questionamentos cruciais sobre a sustentabilidade e a qualidade desse modelo de crescimento. A especialização crescente na produção e exportação de soja *in natura*, em detrimento da diversificação produtiva e da agregação de valor industrial, levanta a suspeita de que o Brasil estaria reeditando, sob novas roupagens, sua histórica condição de dependência. O fenômeno da desindustrialização prematura, a perda de complexidade da estrutura produtiva e os crescentes impactos socioambientais associados à expansão da fronteira agrícola acendem um alerta sobre os verdadeiros custos e benefícios dessa inserção internacional. Estaria o Brasil, ao semear soja para atender à demanda chinesa, colhendo uma nova e mais profunda forma de subordinação econômica, caracterizada pela reprimarização, como alertam autores como Gabriel Palma (2019)?

Diante desse cenário, o presente trabalho se propõe a investigar a relação entre a exportação de soja do Brasil para a China e o processo de reprimarização da economia brasileira no período de 2001 a 2024. A pergunta central que norteia esta pesquisa é: como a especialização na produção e exportação de soja para a China, no contexto da ascensão chinesa como potência global, contribui para aprofundar a dependência econômica e promover a reprimarização produtiva no Brasil?

Parte-se da hipótese de que a intensificação do comércio de soja com a China, embora gere ganhos comerciais de curto prazo, reforça estruturalmente a posição periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho. Argumenta-se que essa dinâmica não representa uma ruptura com os padrões históricos de dependência, mas sim uma reconfiguração destes, na qual o país se consolida como fornecedor de matéria-prima de

baixo valor agregado para o novo centro industrial do sistema-mundo, como previsto nas análises de Giovanni Arrighi (1996) sobre os ciclos sistêmicos de acumulação, ao custo da desarticulação de suas cadeias produtivas internas e da perpetuação de um modelo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente desigual.

A relevância desta pesquisa reside na urgência de se compreender criticamente o modelo de desenvolvimento em curso no Brasil. Em um momento de redefinições geopolíticas globais e crescentes pressões por sustentabilidade, analisar os limites e as contradições da dependência primário-exportadora, incluindo os mecanismos macroeconômicos como a Doença Holandesa, discutidos por Luiz Carlos Bresser-Pereira (2008), é fundamental para subsidiar o debate sobre alternativas que possam conduzir o país a uma trajetória de desenvolvimento mais autônoma, inclusiva e resiliente.

Para alcançar o propósito delineado, busca-se como objetivo geral analisar a reconfiguração da economia brasileira no século XXI a partir da intensificação das relações comerciais com a China, investigando como a especialização na produção e exportação de soja aprofunda a dependência econômica do país e promove um processo de reprimarização produtiva, ao mesmo tempo em que se discutem alternativas para a superação deste modelo. Especificamente, pretende-se: (1) apresentar e articular os principais referenciais teóricos da Teoria da Dependência, da Análise do Sistema-Mundo e de modelos como a Doença Holandesa, a fim de construir um arcabouço analítico robusto para interpretar a inserção subordinada do Brasil; (2) contextualizar a ascensão econômica da China como potência global e seu impacto no mercado internacional de commodities, detalhando a evolução das relações comerciais sino-brasileiras e a explosão da demanda chinesa por soja; (3) analisar empiricamente o caso brasileiro, demonstrando a trajetória histórica de especialização do agronegócio na soja e investigando seus múltiplos impactos sobre a pauta exportadora, a estrutura industrial e as dimensões socioambientais; e (4) discutir e propor alternativas estratégicas ao modelo primário-exportador, a partir da análise de experiências internacionais e da formulação de políticas voltadas para a agregação de valor, inovação e um novo projeto de desenvolvimento industrial.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, baseada em extensa revisão bibliográfica e análise documental. Articula-se o debate teórico sobre desenvolvimento e dependência com a análise de dados secundários sobre comércio exterior, produção agrícola, estrutura industrial e indicadores socioambientais, provenientes de fontes oficiais nacionais e internacionais, bem como de estudos acadêmicos especializados.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. O Capítulo 1 dedica-se à fundamentação teórica, apresentando e discutindo os conceitos-chave da Teoria da Dependência, da Análise do Sistema-Mundo, da Doença Holandesa e da reprimarização, que formam a lente analítica da pesquisa. O Capítulo 2 contextualiza o cenário internacional, abordando a ascensão da China, o boom das commodities e a consolidação das relações comerciais sino-brasileiras, com foco na demanda por soja. O Capítulo 3 constitui o núcleo empírico, analisando detalhadamente o caso brasileiro: a especialização na soja, seus impactos na pauta exportadora, na indústria e as consequências socioambientais e regionais. Por fim, o Capítulo 4 assume um caráter propositivo, explorando experiências internacionais e delineando um conjunto de políticas econômicas alternativas para a superação do modelo primário-exportador, com ênfase na agregação de valor, inovação e industrialização verde. A Conclusão retoma os principais achados da pesquisa, verifica o alcance dos objetivos e da hipótese, aponta limitações e sugere caminhos para futuras investigações.

1. DEPENDÊNCIA, SISTEMA MUNDO E OS DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO

Para compreender os efeitos da especialização primária da economia brasileira e a sua crescente dependência da exportação de commodities, em especial da soja para a China, é necessário recorrer a um arcabouço conceitual que vá além das explicações conjunturais ou mecanicistas. A hipótese aqui assumida é que tal especialização não representa uma ruptura com a trajetória histórica de subordinação da América Latina no sistema internacional, mas sim uma atualização das formas de dependência que marcam o desenvolvimento periférico. Portanto, o objetivo cumprido por este capítulo é apresentar e articular os principais referenciais teóricos, a fim de construir um arcabouço analítico para interpretar a inserção subordinada do Brasil na nova divisão internacional.

Nesse sentido, recorre-se à teoria da dependência como referencial central, que permite compreender a estruturação do subdesenvolvimento como parte intrínseca da lógica capitalista global, enfatizando a articulação entre fatores internos e externos na reprodução das condições de desigualdade e subordinação econômica. Ao abordar categorias como superexploração do trabalho, heterogeneidade estrutural e burguesia associada¹, essa teoria fornece as ferramentas analíticas para entender a inserção subordinada da economia brasileira em diferentes momentos históricos.

Complementarmente, este capítulo incorpora elementos da análise do sistema-mundo, formulada por Immanuel Wallerstein (2004) e aprofundada por Giovanni Arrighi (2010). Essa abordagem permite historicizar a formação do capitalismo global, compreender os ciclos sistêmicos de acumulação e situar a ascensão da China como nova potência hegemônica. A partir dessa perspectiva, a especialização brasileira em commodities, longe de ser um fenômeno isolado, insere-se em uma reconfiguração mais ampla das hierarquias e funções dentro do sistema mundial capitalista.

Além desses marcos teóricos, o capítulo apresenta modelos explicativos operacionais, como a Doença Holandesa e a Maldição dos Recursos Naturais², que auxiliam na compreensão dos mecanismos econômicos e produtivos que sustentam a reprimarização³.

¹ Respectivamente, os conceitos são centrais nas obras de Ruy Mauro Marini (superexploração do trabalho), Aníbal Quijano e Vânia Bambirra (heterogeneidade estrutural), e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (burguesia associada), todos fundamentais para as diferentes vertentes da Teoria da Dependência.

² Conceitos popularizados, respectivamente, pela revista *The Economist* (1977) e pelos estudos de Jeffrey Sachs e Andrew Warner (1995). Ambos os modelos serão detalhados na seção 1.3 deste capítulo como ferramentas para compreender os mecanismos da reprimarização.

³ Neste trabalho, adota-se o conceito de reprimarização não apenas como o aumento quantitativo da produção agrícola, mas como um processo de 'especialização regressiva' e 'desindustrialização prematura', conforme a análise de Gabriel Palma (2019). Trata-se de uma reconfiguração estrutural onde a indústria de transformação

Tais modelos permitem aproximar a teoria crítica da análise empírica, sem perder de vista a centralidade das estruturas sociais e políticas que definem os rumos do desenvolvimento.

Por fim, este capítulo busca articular essas abordagens a partir da noção de que o Brasil vive hoje uma nova etapa do desenvolvimento dependente, marcada pela financeirização, desindustrialização precoce e reforço de sua condição periférica no capitalismo global. O agronegócio da soja, ao invés de representar uma estratégia autônoma de inserção internacional, figura como expressão de uma lógica de acumulação que reforça os vínculos históricos de subordinação, agora mediada por novas formas de dominação geoeconômica.

1.1. A Teoria da Dependência

A teoria da dependência surgiu na América Latina, nos anos 1960, como resposta ao esgotamento do paradigma desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Diante da frustração com os limites do modelo de industrialização por substituição de importações, intelectuais da região passaram a questionar a suposição de que o subdesenvolvimento era apenas um estágio inicial rumo ao desenvolvimento. Em oposição à lógica evolucionista da modernização, teóricos da dependência, como Dos Santos (1970) e Cardoso e Faletto (1970), argumentaram que o subdesenvolvimento era, na verdade, uma condição estrutural e funcional ao sistema capitalista mundial, e não uma falha de percurso ou atraso temporário.

O marco teórico da dependência propõe que as economias periféricas se desenvolveram em função, e não apesar, da expansão capitalista dos centros. Essa inserção subordinada se deu de forma assimétrica, marcada pela especialização primário-exportadora, pela apropriação externa do excedente econômico e pela transferência desigual de valor. Theotonio dos Santos (1970) define a dependência como uma situação em que a economia de um país é condicionada pelo desenvolvimento de outro, com o qual mantém uma relação de dominação estrutural. Essa dominação é econômica, mas também política, tecnológica e ideológica. Além disso, ela se manifesta nas relações comerciais e de investimento com novas potências, levantando debates sobre a emergência de uma "nova forma de dependência" no século XXI, caracterizada por uma profunda 'dependência assimétrica' na qual o poder de barganha se concentra no novo centro (Brozoski, 2020).

perde densidade e participação na pauta exportadora, tornando a economia novamente dependente da volatilidade das *commodities* e da dinâmica de centros externos, revertendo avanços obtidos em períodos anteriores de industrialização.

A vertente marxista da teoria, formulada por autores como Ruy Mauro Marini (1973) e Vânia Bambirra (1974), enfatiza o papel da superexploração do trabalho como mecanismo central da acumulação periférica. Para Marini (1973), as economias dependentes, incapazes de competir com os centros capitalistas por inovação tecnológica, recorrem à intensificação da exploração da força de trabalho como estratégia de competitividade. Essa superexploração é estrutural, sustentando uma inserção internacional baseada na compressão salarial e na reprodução de desigualdades internas. O desenvolvimento, nessa perspectiva, ocorre de forma subordinada, com crescimento econômico sem emancipação social ou autonomia tecnológica.

Bambirra (1974), por sua vez, destaca a heterogeneidade estrutural das economias latino-americanas, na qual setores industriais modernos convivem com formas produtivas arcaicas e de baixa produtividade. Essa dualidade impede a consolidação de um mercado interno integrado, desarticula os encadeamentos produtivos e perpetua uma lógica de modernização seletiva, voltada aos interesses do capital internacional e das elites locais associadas. A coexistência de modernidade e atraso, longe de ser um problema transitório, é constitutiva da dependência, uma forma de subdesenvolvimento funcional à reprodução do sistema capitalista global.

Já a vertente histórico-estrutural da teoria, representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), enfatiza as alianças políticas entre o capital externo e as elites internas como base para uma modernização dependente. Segundo esses autores, o desenvolvimento pode ocorrer mesmo em contextos dependentes, mas será condicionado pelas estruturas sociais locais e pelas estratégias do capital internacional. Essa abordagem incorpora variáveis institucionais e políticas, permitindo compreender como o Estado, as classes dominantes e o capital externo articulam uma forma de crescimento sem ruptura, marcada pela continuidade das estruturas de exclusão e pela fragilidade do sistema produtivo nacional.

Apesar das diferenças entre suas vertentes, a teoria da dependência compartilha uma crítica comum às teorias lineares do desenvolvimento, afirmando que o capitalismo não distribui desenvolvimento de forma universal, mas sim assimétrica, mediante a construção de hierarquias econômicas, políticas e tecnológicas entre centro e periferia, como afirma Dos Santos (1970). As economias dependentes, mesmo quando crescem, o fazem de forma subordinada e vulnerável, com baixa capacidade de controlar seus próprios rumos, tecnologias e excedentes.

A crítica à ideia de convergência global é uma das principais contribuições da dependência ao pensamento social latino-americano. O progresso técnico e o aumento da produtividade, nas economias centrais, são historicamente sustentados pela transferência de excedente e de recursos das economias periféricas, o que nega a possibilidade de um desenvolvimento universalizado. A dependência, nesse sentido, não é uma anomalia ou desvio, mas parte integrante do funcionamento do capitalismo como sistema mundial (Marini, 1973; Dos Santos, 1970).

A partir dos anos 1980, com a ascensão do neoliberalismo, a teoria da dependência foi progressivamente marginalizada nos círculos acadêmicos dominantes. No entanto, o aprofundamento das desigualdades globais, a desindustrialização precoce na América Latina e os limites do modelo agroexportador reacenderam o interesse por suas categorias. Autores contemporâneos, como Palma (2019) e Oreiro e Marconi (2014) têm demonstrado como a reprimarização, a financeirização e a vulnerabilidade externa retomam padrões clássicos da dependência, agora sob novas formas e lideranças geopolíticas.

Nesse contexto, a teoria da dependência não deve ser lida como um diagnóstico datado, mas como um referencial analítico ainda atual. Sua força reside na capacidade de articular a dimensão estrutural do subdesenvolvimento, combinando análise histórica, crítica do imperialismo, compreensão das estruturas internas e leitura sistêmica da economia global. Ela fornece, assim, os instrumentos conceituais para interpretar processos contemporâneos como a desindustrialização, a captura do Estado por elites exportadoras e a nova dependência das commodities.

Ao longo deste trabalho, esse referencial teórico será mobilizado para compreender como o Brasil, mesmo após décadas de industrialização e modernização institucional, retorna a um padrão regressivo de inserção internacional, centrado na exportação de produtos primários, como a soja, e na dependência de centros dinâmicos como a China. O que está em jogo não é apenas a forma da produção, mas o lugar estrutural ocupado por países como o Brasil na hierarquia global do capitalismo — uma hierarquia que a teoria da dependência ajuda a revelar e problematizar.

1.2. A Análise do Sistema-Mundo e os Ciclos de Acumulação

A análise do sistema-mundo, proposta por Immanuel Wallerstein (2004) nos anos 1970, constitui uma das abordagens mais influentes para a compreensão da economia global como uma totalidade histórica e estrutural. Em contraste com as teorias convencionais que

tomam os Estados nacionais como unidades autônomas de análise, Wallerstein (2004) argumenta que o capitalismo deve ser entendido como um sistema interdependente e hierarquizado, no qual as posições ocupadas pelos diferentes países — centro, semiperiferia e periferia — determinam suas possibilidades de desenvolvimento e sua função sistêmica na divisão internacional do trabalho.

O sistema-mundo moderno teria se originado a partir do século XVI, com a expansão mercantil europeia e o estabelecimento de uma divisão internacional que perdura até hoje, ainda que sob diferentes formas. Nessa estrutura, os países centrais concentram capital, conhecimento tecnológico e comando político-militar; as periferias, por sua vez, são responsáveis pela oferta de matérias-primas, bens agrícolas e mão de obra barata; e as semiperiferias, por fim, atuam como amortecedores das tensões entre os pólos extremos do sistema. Essa organização não é estática, mas sua transformação é lenta e frequentemente marcada por conflitos e crises hegemônicas.

A principal inovação de Wallerstein (2004) está em mostrar que o subdesenvolvimento não é um estágio transitório, mas uma posição funcional dentro do sistema. O crescimento dos centros depende da reprodução da dependência nas periferias. Essa lógica não se limita ao comércio desigual, mas envolve mecanismos complexos de apropriação de excedentes, dependência tecnológica, subordinação política e vulnerabilidade estrutural. A mobilidade entre as posições do sistema é possível, mas rara, e quando ocorre, provoca reestruturações amplas, como nas transições hegemônicas que marcam a história do capitalismo.

É justamente sobre essas transições que se debruça Giovanni Arrighi, ao desenvolver sua teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação. Para Arrighi (2010), cada ciclo hegemônico é composto por uma fase de expansão material, baseada na produção e no comércio, seguida por uma fase de expansão financeira, marcada pela dominância de capitais fictícios e pela perda de dinamismo produtivo. Quando a hegemonia entra em declínio, uma nova potência emerge, muitas vezes vinda da periferia ou da semiperiferia do sistema anterior, e assume a liderança global por meio de inovação institucional, eficiência produtiva e poder militar.

Ao longo dos séculos, Arrighi (2010) identificou quatro grandes ciclos: o genovês, o holandês, o britânico e o estadunidense. Cada um representou uma forma específica de organização do capitalismo e de articulação entre Estado e capital. No final do século XX, segundo o autor, observou-se o esgotamento do ciclo estadunidense, evidenciado pela financeirização da economia, perda de capacidade industrial e declínio relativo da influência política e militar. Nesse contexto, a China desponta como a candidata mais provável à

liderança do novo ciclo hegemônico. Assim, a ascensão chinesa pode ser entendida como parte de uma disputa mais ampla pelo poder global, na qual a China se consolida como um dos polos de um emergente “sistema interestatal de poder global bipolar”, reconfigurando as relações de poder, mas não necessariamente a estrutura hierárquica do sistema (Fiori, 2007).

No entanto, essa transição não representa uma ruptura automática com a lógica centro-periferia. Ao contrário, ela tende a reorganizar a divisão internacional do trabalho, mantendo a hierarquia estrutural, mas sob nova liderança. A ascensão da China, ao articular planejamento estatal, nacionalismo produtivo e inserção seletiva nas cadeias globais de valor, reconfigura os mecanismos de dominação sem necessariamente superá-los. A China consolida-se como centro de uma nova economia-mundo asiática, mas as periferias continuam a ocupar o papel de fornecedoras de insumos estratégicos, como no caso do Brasil com a soja, o minério de ferro e o petróleo. Essa reconfiguração da economia-mundo capitalista, impulsionada pela China, tem impactado os padrões de comércio na América Latina de forma a aprofundar a desintegração e a fragmentação econômica da região. A ênfase em relações bilaterais em detrimento de blocos regionais, por exemplo, enfraquece a capacidade de negociação coletiva dos países sul-americanos (Barbosa, 2020).

Essa leitura é fundamental para compreender o atual padrão de inserção internacional do Brasil. Ao invés de uma diversificação produtiva que leve à autonomia, o país reforça sua posição como elo subordinado na cadeia global, agora liderada por um novo polo de acumulação. A exportação de commodities para a China, ao invés de representar um novo projeto de desenvolvimento, se encaixa perfeitamente na lógica funcional da periferia do sistema-mundo: fornecer matérias-primas de baixo valor agregado em troca de produtos industrializados e fluxos financeiros assimétricos.

A perspectiva do sistema-mundo permite ainda compreender que a dependência não se limita à relação bilateral entre países, mas é fruto de uma lógica sistêmica e reproduzida estruturalmente. Assim, segundo Barbosa (2020), a reprimarização das economias latino-americanas, especialmente durante o *boom* das commodities entre 2003 e 2013, não pode ser explicada apenas por escolhas nacionais equivocadas ou falhas de política industrial. Ela deve ser situada como parte do novo ciclo de acumulação capitalista centrado no leste asiático, um ciclo que redefine os fluxos globais, mas mantém a funcionalidade das periferias como base material do crescimento dos centros.

No caso brasileiro, essa posição periférica é reafirmada por um conjunto de fatores internos que limitam a capacidade de ruptura com a lógica sistêmica: ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, captura do Estado por elites agroexportadoras, vulnerabilidade

cambial e dependência tecnológica. O país se insere como uma *economia extrativa ampliada*, funcional à demanda chinesa, mas estruturalmente bloqueado em sua capacidade de desenvolver complexidade produtiva, inovação e soberania econômica (Escher; Wilkson, 2019; Palma, 2019)

Esta leitura, que articula a teoria da dependência e a análise do sistema-mundo, é crucial para analisar a nova geopolítica da dependência. A China pode representar uma alternativa ao Ocidente em termos de financiamento, comércio e diplomacia, mas não necessariamente rompe com a estrutura global de subordinação. Ao se tornar o maior parceiro comercial do Brasil sem alterar qualitativamente a pauta exportadora, ainda centrada em produtos primários, a relação sino-brasileira tende a reproduzir padrões históricos de dominação funcional. A hegemonia muda de lugar, mas a lógica permanece (Arrighi, 2010).

Em síntese, a análise do sistema-mundo permite compreender a inserção periférica do Brasil como parte de uma dinâmica de longa duração, na qual o desenvolvimento desigual e combinado é regra, e não exceção. O papel da soja na nova divisão internacional do trabalho, a financeirização da terra e dos fluxos comerciais, e a captura das políticas públicas por interesses extrativos são expressões atuais de um velho padrão de subordinação. Ao colocar essas questões no centro da análise, este trabalho pavimenta o caminho para o cumprimento de seus objetivos. A investigação se aprofunda para além da mera descrição dos efeitos da reprimarização, buscando entender seus fundamentos sistêmicos e históricos, de modo a responder à pergunta de pesquisa sobre como a especialização na soja aprofunda a dependência brasileira e, assim, testar a hipótese central de que o país vivencia uma reconfiguração de sua histórica inserção periférica no sistema-mundo.

1.3. Doença Holandesa e a Maldição dos Recursos Naturais

Embora a teoria da dependência e a análise do sistema-mundo ofereçam o arcabouço teórico necessário para compreender a inserção subordinada da América Latina no capitalismo global, análises mais recentes têm recorrido a modelos econômicos específicos para explicar os mecanismos operacionais que sustentam essa condição. Dentre eles, destacam-se a doença holandesa e a maldição dos recursos naturais, dois modelos que ajudam a entender os efeitos macroeconômicos, estruturais e produtivos da especialização em commodities sobre as economias periféricas.

O conceito de doença holandesa foi originalmente cunhado pela revista *The Economist* em 1977, ao analisar os efeitos da descoberta de grandes reservas de gás natural

nos Países Baixos na década de 1960. A entrada maciça de divisas levou à valorização da moeda local, o florim, tornando as exportações manufatureiras menos competitivas e provocando a desindustrialização da economia (Corden; Neary, 1982). Esse fenômeno foi posteriormente modelado por Corden (1984), que identificou dois mecanismos principais: o “efeito recurso”, que desloca fatores produtivos para o setor extrativo, e o “efeito gasto”, que eleva a demanda interna por bens não comercializáveis, gerando inflação setorial e apreciação cambial.

No caso brasileiro, autores como Bresser-Pereira (2008) e Marconi (2012) adaptaram o modelo para explicar os impactos da valorização cambial induzida por *booms* de commodities, especialmente entre 2003 e 2013. Durante esse período, o Brasil experimentou uma forte entrada de divisas via exportações de minério de ferro, petróleo e soja, além de investimento estrangeiro direto. Isso resultou na valorização do real, perda de competitividade da indústria de transformação e concentração da pauta exportadora em bens primários. Os autores argumentam que a ausência de mecanismos de neutralização cambial, como fundos soberanos, políticas industriais ativas ou taxação de exportações, agravou a tendência de desindustrialização precoce e o enfraquecimento da base produtiva nacional (Bresser-Pereira; Marconi, 2009). Como apontam Hiratuka e Sarti (2016), a articulação com a economia chinesa oferece, por um lado, perspectivas favoráveis de crescimento macroeconômico, mas, por outro, cria obstáculos à estrutura produtiva devido ao potencial deslocamento da produção doméstica pela concorrência com a indústria manufatureira chinesa.

Esse diagnóstico conecta-se ao modelo da maldição dos recursos naturais (*resource curse*), desenvolvido inicialmente por Sachs e Warner (1995). A partir de estudos econométricos comparativos, os autores identificaram que países com abundância de recursos naturais, especialmente exportáveis, tendem a apresentar desempenho econômico inferior a países pobres em recursos. A explicação reside na combinação da volatilidade de preços, fragilidade institucional, corrupção e incentivos perversos à manutenção de estruturas econômicas primário-exportadoras. A abundância de recursos, longe de ser uma vantagem automática, pode gerar dependência de um setor de baixa complexidade tecnológica e impedir o desenvolvimento de políticas de diversificação econômica (Sachs; Warner, 1995). A concentração dos investimentos diretos estrangeiros (IDE) chineses na América Latina nos setores de energia (petróleo e eletricidade) e mineração (cobre e ferro) corrobora a lógica da maldição dos recursos, pois esses investimentos são majoritariamente do tipo *resource*

seeking (busca por recursos), reforçando o perfil extrativista da região em vez de fomentar a diversificação industrial (Ouriques, 2024).

Aplicado ao Brasil, esse modelo ajuda a compreender por que o crescimento impulsionado por commodities não se traduziu em transformações estruturais mais profundas. A soja, por exemplo, tornou-se a principal commodity exportada pelo país, respondendo por mais de 30% do saldo comercial em certos anos. Contudo, a quase totalidade dessa exportação se dá na forma de grãos *in natura*, com baixo valor agregado e controlada por grandes *tradings* internacionais. A renda gerada concentra-se em grandes proprietários rurais, grupos financeiros e setores logísticos, sem promover encadeamentos significativos com a indústria nacional ou com a inovação tecnológica (Escher; Wilkinson, 2019).

Tanto a doença holandesa quanto a maldição dos recursos contribuem para operacionalizar, em termos econômicos e empíricos, os efeitos da dependência produtiva. Embora não sejam teorias críticas no sentido clássico, ambas dialogam com os marcos conceituais da teoria da dependência ao evidenciar como a especialização primária e a vulnerabilidade externa limitam a capacidade de desenvolvimento autônomo. O que os modelos revelam, com dados concretos, é que a abundância de recursos naturais, quando articulada à lógica do capitalismo global e à ausência de políticas estatais autônomas, tende a reforçar a condição periférica das economias latino-americanas.

Esses modelos também ajudam a compreender a relação entre a reprimarização e a financeirização. A entrada de divisas decorrente da exportação de commodities tende a valorizar a moeda local, ao mesmo tempo que estimula fluxos financeiros de curto prazo, ampliando a instabilidade macroeconômica. Além disso, as atividades primário-exportadoras, por sua natureza, oferecem baixa densidade produtiva e tecnológica, contribuindo para a manutenção de uma estrutura produtiva regressiva. No caso brasileiro, essa combinação se expressa na perda de participação da indústria de transformação no PIB, na estagnação da produtividade e na dificuldade de financiar políticas industriais de longo prazo (Oreiro; Marconi, 2014).

Portanto, a incorporação da doença holandesa e da maldição dos recursos como modelos explicativos complementares permite analisar a reprimarização da economia brasileira com maior precisão. Ao mesmo tempo, ressalta-se que tais modelos não são suficientes por si só: é necessário situá-los dentro de uma perspectiva crítica mais ampla, como a teoria da dependência, que reconhece o papel das estruturas políticas, das classes sociais e da inserção subordinada no sistema internacional. A conjugação desses enfoques

possibilita compreender a dinâmica complexa que sustenta a condição periférica do Brasil no século XXI.

1.4. Desenvolvimento dependente e reprimarização produtiva: entre permanências e reconfigurações

A reprimarização da economia brasileira nas últimas décadas não representa uma simples reversão de rumos ou uma estratégia transitória de aproveitamento das vantagens comparativas em commodities. Trata-se, antes, da manifestação contemporânea de um padrão estrutural de subordinação produtiva, coerente com as dinâmicas do desenvolvimento dependente. Essa tendência evidencia a permanência de elementos históricos da dependência latino-americana, ainda que reconfigurados em novas formas, mediadas por um capitalismo global mais financeirizado, tecnologicamente concentrado e geopoliticamente deslocado para o eixo asiático.

Como explicam os autores Dos Santos (1970) e Bamberger (1974), a tradição da teoria da dependência, o subdesenvolvimento não é um estágio temporário ou uma falha de percurso, mas sim uma forma específica de inserção no sistema capitalista global, caracterizada pela especialização em setores de baixa complexidade produtiva, forte heterogeneidade estrutural, fragilidade tecnológica e dependência de capitais e decisões externas. O desenvolvimento, nessa perspectiva, não seria impedido pela ausência de modernização, mas pela maneira subordinada como essa modernização é conduzida, beneficiando interesses externos e elites locais associadas.

No Brasil, essa lógica se expressa na consolidação de uma estrutura produtiva regressiva, centrada em setores primário-exportadores, notadamente o agronegócio e a mineração, em detrimento da indústria de transformação. Desde os anos 1990, com a liberalização comercial, a abertura financeira e a valorização cambial, observa-se uma redução progressiva da participação da indústria no PIB e nas exportações, ao passo que os produtos básicos ganham espaço na balança comercial. O chamado *boom* das commodities, impulsionado pela demanda chinesa a partir dos anos 2000, aprofundou essa tendência, gerando crescimento econômico baseado na exportação de soja, minério de ferro e petróleo, mas sem fortalecimento da base industrial ou redução das vulnerabilidades estruturais (Palma, 2019; Oreiro; Marconi, 2014). Ouriques (2019; 2024) destaca que, embora o *boom* das commodities tenha trazido vantagens conjunturais, a substituição dos EUA pela China

como parceiro preferencial não alterou a estrutura histórica de posicionamento da América Latina como periferia. A relação mantém o padrão centro-periferia, com a exportação de matérias-primas em troca de produtos de maior intensidade tecnológica, consolidando um modelo neoextrativista.

Essa dinâmica pode ser compreendida como um processo de reprimarização produtiva, isto é, de retorno a uma especialização em bens primários, em um contexto histórico no qual a industrialização já havia avançado parcialmente. Diferente da primarização colonial, a reprimarização ocorre após a tentativa incompleta de consolidação de uma base produtiva mais complexa. No entanto, em vez de aprofundar a diversificação econômica, o país retorna a um padrão de especialização regressiva, com baixa densidade tecnológica, reduzido conteúdo nacional e crescente vulnerabilidade externa. Como destaca Palma (2019), trata-se de uma inserção funcional ao novo ciclo de acumulação global, mas estruturalmente incapaz de gerar desenvolvimento endógeno e sustentado. Essa especialização, como apontam Marques e Campos (2020) com base na tese de Prebisch-Singer, resulta em uma clara deterioração dos termos de troca no comércio bilateral, nos quais o Brasil se concentra na exportação de soja *in natura* enquanto importa bens de maior complexidade tecnológica da China.

Nesse processo, observa-se também a formação de um novo bloco de poder interno, centrado no agronegócio, no capital financeiro e nas corporações exportadoras. Essa coalizão tem exercido papel fundamental na consolidação política da reprimarização, ao influenciar políticas públicas, bloquear reformas estruturais e manter o país atrelado à lógica da especialização primária. A concentração fundiária, os subsídios estatais à exportação, a captura de agências reguladoras e a aliança com setores midiáticos e legislativos formam um sistema de reprodução da dependência sob novas bases, em que o mercado externo, sobretudo o asiático, ocupa o lugar antes reservado aos mercados europeu e norte-americano (Escher; Wilkinson, 2019; Delgado, 2012).

Essa reconfiguração também pode ser lida à luz da análise do sistema-mundo. Se, como propôs Wallerstein (2004), o capitalismo se estrutura por meio de ciclos hegemônicos e posições funcionais (centro, periferia, semiperiferia), a reprimarização brasileira revela a manutenção da posição periférica do país, mesmo diante da transição hegemônica em curso. A ascensão da China não alterou substancialmente a lógica da divisão internacional do trabalho, apenas deslocou o centro dinâmico do Atlântico Norte para o eixo Ásia-Pacífico. Nesse novo arranjo, o Brasil assume papel estratégico como fornecedor de matérias-primas, mas sem alterar sua condição estrutural de dependência (Arrighi, 2010).

Para Palma (2019), a reprimarização, nesse sentido, não pode ser explicada apenas por variáveis conjunturais ou decisões políticas isoladas. Ela é expressão de um padrão de inserção internacional subordinada, moldado pela lógica do capital global e pelas características internas do capitalismo brasileiro. A dependência contemporânea se manifesta não apenas na forma de exportações de baixo valor agregado, mas também na ausência de soberania tecnológica, na financeirização da economia e na vulnerabilidade aos ciclos de preços das commodities. Trata-se de uma nova configuração da velha dependência, que reafirma a posição periférica do Brasil sob os códigos do neoliberalismo e da integração subordinada às cadeias globais de valor.

A partir desse diagnóstico, torna-se possível compreender que o modelo atual de desenvolvimento brasileiro, se é que tal termo ainda se aplica, não rompe com a lógica da dependência, mas a atualiza. O agronegócio, a mineração e o extrativismo não são setores *pujantes* no sentido do desenvolvimento industrial ou tecnológico, mas sim funcionalmente integrados ao centro do sistema, baseados na exportação de produtos primários, no controle de cadeias por grandes corporações e na baixa geração de externalidades positivas. A reprimarização, portanto, não é solução, mas sintoma da permanência da subordinação estrutural da economia brasileira.

Ao final deste percurso, o presente capítulo consolidou o arcabouço teórico-conceitual que fundamenta toda a investigação. Partindo da Teoria da Dependência, estabeleceu-se que o subdesenvolvimento não é uma etapa, mas uma condição estrutural, marcada pela inserção subordinada na economia global. A crítica às noções lineares de progresso permitiu compreender que o crescimento de países periféricos, como o Brasil, pode ocorrer de forma a reforçar, e não superar, os laços de dependência.

Complementarmente, a Análise do Sistema-Mundo ofereceu a perspectiva histórica e global necessária para situar esse fenômeno. A compreensão das hierarquias entre centro, semiperiferia e periferia, e a dinâmica dos ciclos sistêmicos de acumulação, foram cruciais para enquadrar a ascensão da China não como uma ruptura, mas como uma reconfiguração da hegemonia global que realoca as funções periféricas, mantendo intacta a lógica de subordinação. Por fim, os modelos da Doença Holandesa e da Maldição dos Recursos Naturais forneceram os mecanismos operacionais que explicam como, na prática, a abundância de recursos naturais pode se traduzir em desindustrialização e especialização regressiva.

A articulação destas três vertentes constitui a lente analítica através da qual este trabalho buscará responder à sua pergunta de pesquisa e testar sua hipótese central. O

referencial aqui construído permite sustentar a tese de que a especialização brasileira na exportação de soja para a China não é uma simples parceria comercial vantajosa, mas a expressão contemporânea de seu desenvolvimento dependente.

Contudo, para que essa análise teórica possa ser aplicada ao caso concreto, é imprescindível compreender a principal força externa que catalisa esse processo: a transformação da China em uma potência econômica e seu consequente impacto no mercado de commodities. Portanto, a relação entre a teoria aqui exposta e a realidade empírica será mediada pela análise do próximo capítulo, que se dedicará a detalhar o cenário global e as características da relação sino-brasileira, preparando o terreno para, enfim, aprofundar no estudo de caso da soja.

2. A ASCENSÃO DA CHINA E O *BOOM* DAS COMMODITIES

A ascensão da China constitui um dos eventos mais significativos da economia política global contemporânea, com efeitos profundos sobre a reorganização da divisão internacional do trabalho. O crescimento acelerado do país, sustentado por um modelo de desenvolvimento baseado no planejamento estatal e na expansão de sua capacidade produtiva, gerou impactos diretos sobre os mercados internacionais de commodities. Nesse contexto, a China emerge não apenas como novo centro de acumulação capitalista, mas também como polo de demanda que redefine as formas de inserção de economias periféricas, como a brasileira.

O chamado “efeito China” provocou uma reconfiguração estrutural nos fluxos comerciais, impulsionando o superciclo das commodities entre 2003 e 2013. Esse movimento beneficiou países exportadores de produtos primários, ao mesmo tempo que reforçou sua vulnerabilidade a choques externos e sua dependência de uma pauta regressiva, de baixa densidade tecnológica. No caso do Brasil, a soja se consolidou como a principal mercadoria de exportação, tornando-se símbolo de uma especialização extrativa que garante saldos comerciais, mas limita a capacidade de diversificação produtiva e inovação.

Mais do que um fenômeno conjuntural, o *boom* das commodities associado à ascensão chinesa deve ser entendido como parte de um processo de longa duração, inscrito na lógica centro-periferia do sistema-mundo. A relação Brasil-China, ainda que traga oportunidades em termos de comércio e financiamento, reproduz padrões históricos de subordinação, agora sob a hegemonia de um novo ator global. Assim, o capítulo analisa como a expansão da demanda chinesa, em especial por soja, consolidou a reprimarização da economia brasileira, evidenciando as tensões entre ganhos de curto prazo e bloqueios estruturais ao desenvolvimento autônomo.

2.1. A transformação econômica da China e seu impacto global

A transformação econômica da China, desde o fim dos anos 1970, constitui um dos eventos mais significativos da economia política global contemporânea. Sob a liderança de Deng Xiaoping, o país deu início a uma estratégia de abertura controlada ao mercado internacional, aliando a liberalização parcial com um forte controle estatal. A política de “socialismo com características chinesas” não significou uma transição ao modelo neoliberal clássico, mas sim uma inserção seletiva e estratégica nas dinâmicas do capitalismo global,

com o Estado desempenhando papel central na coordenação do crescimento econômico (Arrighi, 2010; Naughton, 2007).

Esse processo teve como ponto de partida a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que funcionaram como laboratórios de atração de investimento estrangeiro direto, principalmente para atividades industriais de baixo valor agregado voltadas à exportação. A inserção chinesa nas cadeias globais de valor foi inicialmente marcada por uma lógica de dependência produtiva, mas que rapidamente se converteu em um projeto nacional de ascensão tecnológica. Como aponta Gereffi (2018), a China assumiu, num primeiro momento, segmentos simples da cadeia, mas com políticas industriais seletivas e incentivos à inovação, foi escalando para setores de maior valor agregado. Essa inserção seletiva foi impulsionada pela estratégia "*Going Global*" (zou chuqu), lançada no início dos anos 2000 para incentivar empresas chinesas, especialmente as estatais, a buscarem oportunidades de investimento no exterior, garantindo o acesso a recursos estratégicos e mercados consumidores (Ouriques, 2019)

Essa reestruturação produtiva ocorreu em paralelo a uma das mais rápidas urbanizações da história moderna. A retirada de centenas de milhões de pessoas da pobreza extrema, o surgimento de uma nova classe média e a formação de uma infraestrutura urbana gigantesca impulsionaram mudanças profundas na demanda interna por bens de consumo, energia e alimentos (World Bank, 2020). A China se tornou simultaneamente o maior exportador mundial de manufaturas e o maior consumidor global de diversas commodities estratégicas, criando novas dinâmicas geoeconômicas. Ademais, esse processo de urbanização e crescimento da renda promoveu uma drástica mudança no padrão de consumo alimentar, com a população passando a demandar mais proteínas animais (carnes, lácteos, ovos), o que, por sua vez, gerou uma necessidade massiva de importação de grãos para ração, como a soja (Vieira; Buainain; Figueiredo, 2016)

O impacto global da ascensão chinesa é múltiplo. Por um lado, representou uma nova forma de articulação do capitalismo contemporâneo, com a emergência de uma potência econômica vinda da antiga periferia do sistema. Por outro, gerou efeitos desiguais e contraditórios sobre países latino-americanos e africanos, que passaram a se beneficiar do aumento da demanda por commodities, mas também se viram inseridos em uma nova divisão internacional do trabalho, agora sob a liderança chinesa. O superciclo das commodities (2003–2012) foi impulsionado, em grande medida, pelo apetite chinês por minério de ferro, petróleo, cobre e soja (Jenkins, 2015).

A política chinesa de internacionalização da sua economia se concretizou na estratégia “*Going Global*”, lançada em 2001, que incentivou empresas chinesas a investirem no exterior com o objetivo de garantir acesso contínuo a matérias-primas, tecnologia e mercados consumidores. No caso do Brasil, essa estratégia resultou na aquisição de ativos logísticos, portos, ferrovias e empresas de energia, consolidando o papel do país como fornecedor funcional de insumos estratégicos para a China (Hiratuka; Sarti, 2017; Escher; Wilkinson, 2019).

Em termos geoeconômicos, a ascensão da China deu origem a uma nova lógica de regionalização das cadeias de valor. Enquanto as economias centrais do Atlântico Norte deslocaram parte de sua produção para a Ásia, a China tornou-se o centro dinâmico de articulação industrial, enquanto países latino-americanos e africanos se especializaram na produção de bens primários. Segundo Bértola e Ocampo (2012), esse novo arranjo reafirma as hierarquias centro-periferia sob nova configuração: a China assume a função de comando produtivo, enquanto as periferias são mantidas como fornecedoras de insumos com baixa densidade tecnológica.

Essa mudança estrutural tem implicações diretas sobre o Brasil. De acordo com dados do IPEA (2019), entre 2001 e 2019, a China passou de representar menos de 2% para mais de 30% das exportações brasileiras. A pauta, no entanto, manteve-se altamente concentrada: soja, minério de ferro e petróleo somam mais de 80% das exportações brasileiras ao país asiático. Isso evidencia que, apesar da reconfiguração geopolítica, o padrão de inserção externa brasileiro permanece inalterado: funcional à lógica extrativista e baseado em vantagens comparativas naturais.

Portanto, a transformação econômica da China deve ser compreendida não apenas como um processo interno de crescimento e modernização, mas como um vetor de reestruturação do capitalismo global. Essa transformação gerou oportunidades, mas também reforçou assimetrias estruturais no comércio internacional. A ascensão da China não necessariamente rompe com a lógica centro-periferia; ao contrário, reposiciona o centro e atualiza os mecanismos de dependência. Como reforça Arrighi (2010), a China constitui uma nova hegemonia sistêmica em construção, com capacidade de reorganizar as formas de inserção das economias periféricas, como o Brasil, sem necessariamente romper com os fundamentos históricos da desigualdade global.

2.2. O “efeito China” no mercado internacional de commodities

A ascensão econômica da China nas últimas décadas não apenas alterou o equilíbrio de poder global, mas também redefiniu as estruturas dos mercados internacionais, em especial os de commodities. Os autores Gallagher e Porzecanski (2010) afirmam que esse impacto, o “efeito China” antes mencionado, resultou da combinação entre o crescimento acelerado do Produto Interno Bruto chinês, a rápida urbanização, a intensificação do consumo de proteínas e energia, e a expansão da capacidade produtiva industrial.

Esse "apetite chinês" foi o principal motor do *boom* das commodities, que favoreceu os países da América do Sul e contribuiu para a melhora nos seus termos de intercâmbio (Ouriques, 2019). Como resultado, a participação de produtos básicos nas exportações brasileiras para a China ultrapassou os 80% já na primeira década dos anos 2000 (Santos; Camoça; Rodrigues, 2020). A partir dos anos 2000, a China passou a responder por proporções expressivas da demanda mundial de matérias-primas: cerca de 50% do minério de ferro, 40% do cobre, 30% do alumínio e 60% da soja. Essa explosão de demanda desencadeou um superciclo de valorização das commodities, que beneficiou países exportadores de produtos primários, como o Brasil. O aumento de preços foi acompanhado pela expansão das exportações e do saldo comercial desses países, criando a ilusão de prosperidade econômica generalizada (Jenkins, 2015).

No caso brasileiro, o “efeito China” consolidou-se como uma das principais variáveis explicativas da reprimarização da pauta exportadora. Dados do IPEA (2019) mostram que, entre 2001 e 2019, a participação de produtos básicos nas exportações brasileiras para a China ultrapassou os 80%. A soja, o minério de ferro e o petróleo passaram a dominar a balança comercial, com destaque para a soja em grão, que em determinados anos chegou a representar mais de 40% do total exportado.

Essa configuração reforça a tendência de especialização regressiva da economia brasileira, que retoma características do modelo agroexportador pré-industrial, porém agora sob novas formas de dependência. Como já dito e apontado por Bértola e Ocampo (2012), essa nova divisão internacional do trabalho não elimina as hierarquias centro-periferia; ao contrário, as reafirma sob uma nova geopolítica de commodities, agora centrada na Ásia.

A urbanização chinesa e a mudança nos padrões alimentares da população elevaram a demanda por proteínas, especialmente suínos e aves, cuja produção depende diretamente da soja como ração animal. Isso transformou o Brasil no principal fornecedor dessa commodity

para a China. Em 2018, mais de 117 milhões de toneladas de soja foram produzidas no país, sendo que quase 70% das exportações foram destinadas ao mercado chinês (CNA, 2020).

Contudo, essa relação comercial gerou vulnerabilidades importantes. A excessiva concentração em um único mercado e em poucos produtos tornou o Brasil altamente dependente das variações de demanda e das estratégias comerciais de Pequim. Oscilações na economia chinesa, disputas comerciais com os Estados Unidos ou mudanças na política agrícola interna chinesa têm o potencial de impactar de forma significativa a economia brasileira (Salama, 2020; Vieira et al., 2016).

Além dos riscos comerciais, o “efeito China” reconfigurou os fluxos logísticos e os investimentos estrangeiros no Brasil. A estratégia “*Going Global*”, impulsionada pelo governo chinês a partir dos anos 2000, incentivou a aquisição de ativos logísticos e energéticos por empresas chinesas em diversos países. No Brasil, isso se traduziu na compra de portos, ferrovias e empresas de energia elétrica, o que reforçou a integração da economia brasileira a cadeias logísticas subordinadas à demanda externa (Hiratuka; Sarti, 2017; Carneiro, 2019).

Ainda, do ponto de vista macroeconômico, o superciclo das commodities também gerou efeitos colaterais. O influxo de dólares decorrente das exportações elevadas provocou apreciação cambial, reduzindo a competitividade da indústria de transformação e agravando o processo de desindustrialização, um dos sintomas clássicos da Doença Holandesa, segundo Bresser-Pereira (2008). Assim, mesmo em um cenário de crescimento do agronegócio, a economia brasileira viu sua base produtiva encolher em setores de maior valor agregado.

A tentativa de diversificar a pauta exportadora e agregar valor aos produtos primários encontrou grandes obstáculos. A indústria brasileira, enfraquecida pela abertura comercial dos anos 1990 e pela ausência de uma política industrial consistente, não conseguiu se reposicionar diante da demanda chinesa. Como aponta Jenkins (2015), a estrutura produtiva brasileira foi moldada para atender à demanda por commodities, e não para usá-la como plataforma de industrialização.

Além disso, o Brasil passou a importar da China uma ampla gama de bens manufaturados, desde eletrônicos até têxteis, agravando o déficit na balança de produtos industrializados e gerando impactos negativos sobre a indústria nacional (Oreiro; Marconi, 2014). A simetria na relação comercial Brasil-China evidencia não apenas um desequilíbrio setorial, mas uma dependência estrutural que limita a capacidade do país de desenvolver uma economia mais complexa e inovadora.

Portanto, o “efeito China” deve ser compreendido não como um fenômeno conjuntural ou uma simples oportunidade comercial, mas como parte de uma reconfiguração global do capitalismo, na qual o Brasil é reinscrito como economia periférica, especializada na oferta de recursos primários e subordinada às dinâmicas de acumulação de um novo centro. Apesar dos benefícios conjunturais para a balança comercial, essa dinâmica reforçou uma especialização regressiva. A relação comercial com a China, marcada pela exportação de bens primários e importação de manufaturados, aprofundou a tendência de reprimarização da economia brasileira, gerando uma "nova forma de dependência" (Dussel Peters, 2016). A próxima seção aprofundará essa relação, analisando os impactos específicos da ascensão chinesa sobre o padrão exportador brasileiro.

2.3. Relações comerciais Brasil-China: evolução e características

As relações comerciais entre Brasil e China passaram por uma transformação profunda e acelerada a partir dos anos 2000, configurando uma nova dinâmica de interdependência econômica. O que era, até então, uma parceria de baixo volume e pouca relevância no comércio bilateral, tornou-se, em menos de duas décadas, um dos vínculos comerciais mais estratégicos do Brasil. Essa transformação reflete, por um lado, a ascensão econômica chinesa e sua demanda crescente por recursos naturais e, por outro, a reorientação do modelo brasileiro para a exportação de commodities, especialmente agrícolas e minerais.

No início do século XXI, a corrente de comércio entre os dois países girava em torno de US\$ 2 bilhões anuais. Com a explosão da urbanização chinesa e a intensificação da industrialização, a demanda por commodities cresceu exponencialmente. A partir de 2009, a China se tornou o principal destino das exportações brasileiras, posição que mantém até os dias atuais (IPEA, 2019). Em 2021, o fluxo comercial bilateral superou os US\$ 135 bilhões, com saldo favorável ao Brasil. Contudo, esse vínculo está fortemente concentrado: soja, minério de ferro e petróleo representam mais de 80% do que o Brasil exporta para a China, sendo a soja o principal item, chegando a representar 40% em certos anos (Brozowski, 2020).

Essa configuração evidencia não apenas uma dependência quantitativa, mas também uma dependência qualitativa. A pauta exportadora brasileira se estrutura com base em bens de baixa complexidade produtiva e baixo valor agregado, enquanto a China, em contrapartida, exporta ao Brasil uma ampla gama de bens manufaturados, como eletrônicos, maquinário industrial, equipamentos químicos e têxteis. Essa assimetria contribui para o déficit na balança comercial de produtos industrializados, intensificando a vulnerabilidade

externa do país e limitando seu desenvolvimento tecnológico, como defendido por Oreiro e Marconi (2014).

Além disso, o crescimento da corrente comercial com a China moldou o próprio perfil produtivo interno do Brasil. A expansão da soja e da mineração, voltada principalmente para a exportação ao mercado chinês, deslocou investimentos e políticas públicas que poderiam ser destinados à reindustrialização. Jenkins (2015) comenta que a estrutura produtiva brasileira passou a se adaptar à lógica da demanda externa, reforçando um modelo de especialização regressiva, incompatível com estratégias de agregação de valor ou inovação tecnológica. Este fenômeno, analisado por Marques e Campos (2020), resultou em uma clara deterioração dos termos de troca para o Brasil no comércio bilateral. Mesmo com superávits comerciais, o país precisou exportar volumes crescentes de commodities para importar a mesma quantidade de bens manufaturados, o que confirma, para o caso específico da relação sino-brasileira, a pertinência da tese de Prebisch-Singer.

A dinâmica de valorização cambial observada durante o superciclo das commodities, alimentado pela própria demanda chinesa, também teve impactos importantes. A entrada de divisas em decorrência do aumento das exportações, somada ao fluxo de investimentos estrangeiros, gerou uma apreciação da taxa de câmbio real. Esse processo reduziu a competitividade da indústria nacional, aprofundando o processo de desindustrialização e criando um ambiente macroeconômico desfavorável para setores intensivos em tecnologia e inovação (Bresser-Pereira, 2008).

No campo dos investimentos, a presença chinesa no Brasil não se limitou ao comércio. Empresas estatais e paraestatais chinesas passaram a investir em setores estratégicos da economia brasileira, como energia elétrica (exemplo da aquisição da CPFL pela State Grid), petróleo (parcerias com a Petrobras), mineração (acordos com a Vale) e logística (aquisição de portos e ferrovias) (Hiratuka; Sarti, 2017; Carneiro, 2019). Esses investimentos, apesar de impulsionarem a infraestrutura exportadora, acentuam o caráter primário-exportador da inserção brasileira, ao reforçar a dependência da produção de matérias-primas e o controle externo sobre os fluxos logísticos.

Ainda, segundo Arrighi (2008), do ponto de vista político, a relação Brasil-China se caracteriza por um pragmatismo comercial. Apesar de ambos os países integrarem o BRICS e compartilharem certa convergência em fóruns multilaterais, como na defesa da multipolaridade, as assimetrias estruturais dificultam a construção de uma aliança verdadeiramente estratégica em termos de desenvolvimento produtivo e tecnológico.

Outro aspecto relevante é o risco associado à excessiva dependência de um único parceiro comercial. A desaceleração da economia chinesa, ocorrida a partir de 2014, afetou diretamente os preços internacionais das commodities, impactando as contas externas e o crescimento do PIB brasileiro. A recessão de 2015–2016 evidenciou os limites do modelo baseado na exportação de bens primários e da fragilidade macroeconômica que deriva dessa estratégia (Monteiro; Penna, 2021).

Essa relação, portanto, apesar de ter gerado crescimento de curto prazo, consolida um padrão de dependência estrutural que atualiza a lógica centro-periferia do sistema-mundo. A China, como novo centro hegemônico, reorganiza os fluxos comerciais em torno de suas necessidades internas, enquanto países como o Brasil são reconfigurados como fornecedores funcionais de insumos básicos. A ausência de políticas nacionais robustas de agregação de valor, inovação e diversificação produtiva faz com que o país assuma, voluntariamente, um papel subalterno no novo arranjo global, perpetuando as contradições do desenvolvimento dependente (Oliveira; Schneider, 2016; Wallerstein, 2004).

Assim, a evolução das relações comerciais entre Brasil e China revela um paradoxo: embora tenha proporcionado ganhos comerciais e fortalecido certos setores primários, como o agronegócio e a mineração, ela também aprofundou as amarras de um modelo econômico pouco inclusivo, tecnologicamente limitado e vulnerável a choques externos. A especialização primária, somada ao controle estrangeiro de ativos estratégicos e à assimetria comercial, não representa uma via de desenvolvimento autônomo, mas a atualização de antigas formas de dependência sob novas lideranças, como defendido anteriormente.

2.4. A explosão da demanda chinesa por soja: dados e tendências

A soja tornou-se, nas últimas décadas, uma das commodities mais estratégicas do comércio global, e a China desempenhou um papel central nesse processo. A explosão da demanda chinesa por soja transformou radicalmente as dinâmicas de produção agrícola no Brasil, impactando sua estrutura produtiva, seus territórios e sua inserção internacional. Este movimento não apenas impulsionou o agronegócio brasileiro, como também consolidou a reprimarização da pauta exportadora do país (CNA, 2020).

A transformação da dieta chinesa, impulsionada pelo crescimento da renda per capita e pela urbanização acelerada, gerou uma demanda crescente por proteínas animais, especialmente suínos e aves. A soja, utilizada majoritariamente como ração animal, tornou-se um insumo essencial para sustentar esse novo padrão alimentar (Carneiro, 2019). A partir do

início dos anos 2000, a China passou a importar volumes crescentes de soja, alterando completamente o mercado internacional da commodity. A decisão chinesa de se tornar uma grande importadora de soja é parte de uma estratégia de Estado para garantir sua segurança alimentar. O país prioriza o uso de suas terras aráveis para a produção de grãos de consumo humano direto, como arroz e trigo, enquanto "terceiriza" a produção de soja, um insumo intensivo em terra, para países como o Brasil (Vieira; Buainain; Figueiredo, 2016).

Em 1995, a China era praticamente autossuficiente em soja. No entanto, políticas públicas de priorização da produção de arroz, milho e trigo, somadas à expansão do consumo interno, levaram o país a se tornar, rapidamente, o maior importador mundial de soja. Entre 2000 e 2020, as importações chinesas de soja aumentaram de cerca de 10 milhões para mais de 100 milhões de toneladas anuais (USDA, 2021). Essa relação consolidou o que Escher e Wilkinson (2019) definem como o "complexo soja-carne Brasil-China". Nesse sistema, o Brasil se especializou na produção e exportação do grão *in natura*, que é processado na China para a fabricação de farelo (ração animal) e óleo. Essa dinâmica permitiu à China se tornar a líder mundial no processamento de soja, agregando valor internamente e sustentando sua massiva produção de carne suína e de aves.

O Brasil emergiu como o principal fornecedor para atender a essa explosão de demanda. A produção brasileira de soja saltou de 32 milhões de toneladas em 2000 para mais de 137 milhões em 2022, com a China absorvendo mais de 70% das exportações brasileiras da commodity em alguns anos (CNA, 2020). Essa expansão reposicionou o agronegócio como o setor mais dinâmico da economia brasileira, com forte influência sobre o PIB, as exportações e o saldo comercial.

Entretanto, a especialização na exportação de soja em grão trouxe consigo implicações complexas. Em primeiro lugar, a ampliação da fronteira agrícola brasileira, notadamente no Centro-Oeste e no Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), provocou intensos processos de desmatamento, degradação ambiental e conflitos fundiários (Carneiro, 2019). Biomas como o Cerrado e a Amazônia foram diretamente afetados, com impactos negativos sobre a biodiversidade, o ciclo hidrológico e as emissões de gases de efeito estufa.

Além disso, a produção de soja é altamente mecanizada e de baixa geração de empregos. Segundo Vieira et al. (2016), a cadeia da soja concentra renda em grandes produtores e gera poucos efeitos de encadeamento produtivo local. Assim, embora contribua positivamente para o crescimento do PIB e para os saldos comerciais, a soja gera poucos benefícios sociais amplos, reforçando a concentração fundiária e a desigualdade regional.

Outro aspecto relevante é a vulnerabilidade estratégica criada pela dependência da demanda chinesa. Embora a relação comercial tenha sido altamente lucrativa para o Brasil nas últimas duas décadas, ela deixa o país exposto a variações nas políticas de importação da China, às oscilações dos preços internacionais e a possíveis alterações no padrão alimentar chinês. Pequenas mudanças no consumo interno da China ou em suas estratégias de diversificação de fornecedores (por exemplo, com investimentos na África) podem ter efeitos profundos sobre o agronegócio brasileiro (Salama, 2020).

A financeirização das commodities também impactou o mercado da soja. O aumento da participação de fundos de investimento nos mercados futuros de grãos gerou volatilidade de preços e dificultou o planejamento de longo prazo dos produtores (Carneiro, 2019). O preço da soja passou a ser influenciado não apenas pela oferta e demanda física, mas também por movimentos especulativos no mercado financeiro internacional.

Em termos logísticos, a dependência da soja para exportação impulsionou investimentos chineses em infraestrutura no Brasil, como a construção e aquisição de portos, ferrovias e terminais de escoamento. Segundo Hiratuka e Sarti (2017), esse movimento aprofunda a integração da produção brasileira às cadeias logísticas controladas por interesses externos, o que limita a capacidade de autonomia nacional sobre seus fluxos comerciais estratégicos.

A concentração da pauta exportadora brasileira na soja também impactou a capacidade de inovação e diversificação produtiva. Ao invés de fomentar setores de alta tecnologia ou manufaturas, o *boom* da soja reforçou a vocação primário-exportadora do país, perpetuando uma estrutura de baixa complexidade produtiva (Oreiro; Marconi, 2014).

Nos últimos anos, surgem sinais de que a dependência da soja pode se tornar ainda mais arriscada. A guerra comercial entre China e Estados Unidos, iniciada em 2018, favoreceu temporariamente o Brasil como fornecedor preferencial de soja para o mercado chinês. Entretanto, a assinatura da Fase 1 do acordo comercial entre EUA e China, em 2020, e o avanço da produção de soja em países africanos e da Ásia Central apontam para uma possível diversificação de fontes por parte da China (USDA, 2021). Isso ameaça a posição privilegiada do Brasil como principal fornecedor.

Ademais, a crescente preocupação da China com a segurança alimentar e a autossuficiência em produção de proteínas também pode reduzir, no médio e longo prazo, sua dependência de importações massivas de soja (Vieira et al., 2016). Investimentos em tecnologia agrícola, desenvolvimento de alternativas proteicas e diversificação de fornecedores fazem parte da estratégia chinesa para mitigar riscos estratégicos.

Portanto, embora a explosão da demanda chinesa por soja tenha sido crucial para o desempenho econômico brasileiro nas últimas duas décadas, ela também impôs limites e riscos consideráveis. A dependência excessiva de um único produto e de um único mercado reforça vulnerabilidades históricas da economia brasileira, restringindo sua capacidade de desenvolvimento autônomo e sustentável.

A superação desses limites exige a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento que privilegie a agregação de valor, a inovação tecnológica e a diversificação produtiva. Apenas assim será possível transformar a atual dependência em oportunidade de fortalecimento da economia brasileira em bases mais sólidas e inclusivas. Essa dependência mútua é, contudo, assimétrica. Enquanto a China busca diversificar seus fornecedores, investindo em produção na África e na Ásia Central e mantendo os EUA como alternativa, o Brasil aprofunda sua dependência do mercado chinês. Isso coloca o agronegócio brasileiro em uma posição de alta vulnerabilidade a qualquer mudança na política de importação de Pequim, como ficou evidente durante as tensões comerciais sino-americanas (Brozoski, 2020).

3. SEMEANDO SOJA, COLHENDO DEPENDÊNCIA: O CASO BRASILEIRO

Após a fundamentação teórica que estabeleceu os conceitos de dependência, sistema-mundo e reprimarização, e da análise contextual que detalhou a ascensão da China e seu impacto sobre o mercado global de commodities, este trabalho avança para o seu núcleo empírico. O presente capítulo se debruça sobre o caso brasileiro para demonstrar, com dados e análises aprofundadas, como a especialização na produção e exportação de soja para o mercado chinês se tornou o principal vetor da reinserção subordinada do Brasil na economia global. A hipótese central, que dá título a esta pesquisa, é que o modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio da soja, longe de representar uma via autônoma e sustentável, semeia as bases de uma nova e mais profunda dependência econômica, colhendo como fruto a reprimarização acelerada da estrutura produtiva nacional.

Para tanto, este capítulo desdobra a análise em quatro eixos interligados. A primeira seção investigará a trajetória histórica e econômica que levou à especialização do agronegócio brasileiro na produção de soja. Serão detalhados os fatores internos, como os avanços tecnológicos da Embrapa e os incentivos fiscais da Lei Kandir, e o fator externo decisivo – a explosão da demanda chinesa –, que juntos consolidaram a oleaginosa como a principal commodity agrícola do país. O objetivo é demonstrar como essa especialização não foi um desdobramento natural do mercado, mas uma construção histórica que alinhou a estrutura produtiva nacional aos interesses estratégicos de um poder externo.

Na sequência, a segunda seção examinará os impactos diretos dessa expansão sobre a pauta exportadora brasileira. A análise quantitativa revelará a drástica concentração da cesta de exportações em poucos produtos primários e a consolidação de uma "dependência assimétrica" em relação à China. Argumentar-se-á, com base em diferentes autores, que essa configuração comercial não apenas expõe o Brasil a uma severa vulnerabilidade estratégica, mas também reedita a tese da deterioração dos termos de troca, na qual o país se vê obrigado a exportar volumes cada vez maiores de matéria-prima para manter seu poder de compra de bens industrializados.

A terceira seção aprofundará a conexão entre o *boom* da soja e a perda de densidade industrial do país. Mobilizando os conceitos de Doença Holandesa e desindustrialização prematura, esta seção demonstrará como a especialização primário-exportadora atuou ativamente para erodir o parque industrial brasileiro. O próprio caso da cadeia da soja, que viu seu segmento de processamento e agregação de valor ser preterido em favor da

exportação do grão bruto, servirá como um microcosmo para ilustrar o processo de reprimarização em escala nacional.

Por fim, a quarta seção abordará as consequências sociais, regionais e ambientais deste modelo. A análise transcenderá a esfera econômica para revelar os custos ocultos do agronegócio da soja: o desmatamento do Cerrado e da Amazônia, a intensificação dos conflitos por terra, a concentração de renda e o enfraquecimento da integração sul-americana. Argumentar-se-á que esses impactos não são externalidades negativas, mas características intrínsecas ao modelo neoextrativista, que aprofundam as desigualdades e comprometem a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo.

Ao articular essas quatro dimensões, este capítulo busca oferecer um panorama completo e crítico dos efeitos da especialização na soja. O objetivo é provar empiricamente que, por trás da fachada de modernidade e pujança do agronegócio, opera uma lógica que reforça os laços históricos de dependência, atualizando a posição periférica do Brasil no sistema-mundo do século XXI.

3.1 A especialização do agronegócio brasileiro na produção de soja

A consolidação da soja como o pilar indiscutível do agronegócio brasileiro e, conseqüentemente, da pauta exportadora nacional, não foi um evento súbito, mas o resultado de uma trajetória histórica complexa que se acelerou vertiginosamente no século XXI. A ascensão e especialização do Brasil como maior produtor e exportador global da oleaginosa desenrolam-se em fases distintas, que combinam avanços tecnológicos internos, políticas estatais de incentivo e, de forma decisiva, a reconfiguração da geopolítica global de alimentos, impulsionada pela ascensão da China (Vieira et al., 2019). Entender essa cronologia é fundamental para dimensionar como o país se inseriu em uma nova forma de dependência, atualizando sua posição histórica na periferia do sistema-mundo (Dussel Peters, 2016; Ouriques, 2024).

A primeira fase de expansão da soja no Brasil remonta à década de 1970, durante o período da "modernização conservadora" da agricultura. Antes disso, a soja era uma cultura de pouca expressão, mas o cenário mudou drasticamente com os avanços da pesquisa agropecuária. A atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi o elemento catalisador, desenvolvendo, através de um esforço científico notável, variedades de soja adaptadas às condições de acidez e baixa fertilidade dos solos do Cerrado, além de serem resilientes a climas tropicais (Embrapa, 2021). Essa inovação tecnológica "tropicalizou" a

soja e abriu uma vasta fronteira agrícola no Brasil Central, uma região até então considerada de baixo potencial produtivo. Essa expansão inicial foi financiada por crédito rural subsidiado e visava garantir o abastecimento interno e gerar excedentes para exportação, inserindo o Brasil de forma mais competitiva no mercado global de grãos.

O segundo momento crucial ocorreu na década de 1990, com a reorientação da política econômica brasileira para a liberalização e a abertura comercial. Neste contexto, a promulgação da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996) foi um divisor de águas. Ao isentar do pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados, a lei criou um poderoso incentivo fiscal para a exportação do grão *in natura* (Brasil, 1996). O impacto foi estrutural: tornou-se economicamente mais vantajoso para produtores e tradings vender a soja bruta para o exterior do que investir em seu esmagamento e processamento industrial no país (Marques e Campos, 2020). Embora o objetivo inicial fosse aumentar a competitividade das exportações brasileiras e gerar divisas, a consequência de longo prazo foi o desmantelamento de parte do parque industrial de processamento de soja e o reforço da especialização primária, preparando o terreno para a dinâmica que se instalaria na década seguinte (Palma, 2019).

O ponto de inflexão definitivo, que catapultou a soja à sua posição atual, ocorreu em 2001 com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse evento destravou o imenso potencial de demanda do país asiático e deu início ao que ficou conhecido como o "superciclo das commodities", que se estendeu aproximadamente até 2013 (Serrano, 2013). A China, em meio a um processo acelerado de urbanização e aumento da renda de sua população, redefiniu sua estratégia de segurança alimentar. A mudança no padrão de consumo, com uma demanda crescente por proteína animal, exigia uma quantidade massiva de farelo de soja para ração (Vieira; Buainain; Figueiredo, 2016). Diante da limitação de terras aráveis, o governo chinês adotou uma política estratégica: priorizar o uso de seu território para grãos de consumo humano direto (como arroz e trigo) e "terceirizar" a produção de soja para nações com capacidade de expansão agrícola (Vieira et al., 2019).

O Brasil, com sua vasta extensão de terras no Cerrado, tecnologia tropical validada pela Embrapa e o incentivo fiscal da Lei Kandir, tornou-se o parceiro ideal para suprir essa nova e voraz demanda. O resultado foi uma explosão produtiva. A produção brasileira de soja, que era de 32 milhões de toneladas em 2001, ultrapassou 80 milhões em 2013 e superou a marca de 137 milhões de toneladas em 2022. A área plantada acompanhou esse ritmo, crescendo de 13,9 milhões para mais de 30 milhões de hectares no período, com a fronteira agrícola avançando sobre o Cerrado e a Amazônia e consolidando novas regiões produtivas,

como o MATOPIBA (acrônimo para Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), cuja viabilidade econômica está intrinsecamente ligada à exportação para o mercado chinês (Marques e Campos, 2020).

Foi nesse contexto que se materializou o que Escher e Wilkinson (2019) definem como o "complexo soja-carne Brasil-China": uma divisão transnacional do trabalho na qual o Brasil se especializa na produção primária, enquanto a China internaliza a etapa de maior valor agregado, a industrialização do grão em farelo e óleo. Mesmo após o arrefecimento dos preços das commodities, a partir de 2014, a especialização não apenas se manteve como se aprofundou. A estrutura produtiva já estava moldada, e a dependência do mercado chinês, consolidada. A relação, que no auge do *boom* parecia uma oportunidade histórica, revelou-se uma armadilha estrutural, alinhada à tese da deterioração dos termos de troca de Prebisch-Singer, na qual o país periférico precisa exportar volumes cada vez maiores de produtos primários para manter seu poder de compra de bens industrializados (Ouriques, 2019).

Assim, a trajetória da soja no Brasil é a crônica da construção de uma dependência. Ela evoluiu de uma aposta tecnológica para uma especialização produtiva incentivada por políticas internas e, finalmente, para uma integração subordinada a uma estratégia geopolítica externa. Ao final deste processo, o Brasil se encontrava em uma posição de grande produtor, mas também de alta vulnerabilidade, com seu principal setor econômico atrelado aos desígnios de um único produto e, fundamentalmente, de um único comprador (Brozowski, 2020). O impacto avassalador que essa especialização teve sobre a composição da pauta exportadora do país é o passo seguinte desta análise.

3.2 Impactos da expansão sobre a pauta exportadora

A trajetória de especialização produtiva na sojicultura, detalhada anteriormente, não se limitou a reconfigurar o campo brasileiro; ela transbordou para a arena do comércio exterior, provocando uma transformação radical e estrutural na pauta de exportações do país. A ascensão da soja como principal commodity de exportação alterou fundamentalmente a composição e a direção do comércio brasileiro, resultando em um duplo processo: uma drástica concentração da pauta em poucos produtos de baixo valor agregado e uma dependência sem precedentes de um único mercado, o chinês. Este fenômeno, analisado sob a ótica da teoria da dependência, não representa uma simples parceria comercial, mas a

consolidação de uma vulnerabilidade estratégica que aprofunda a condição periférica do Brasil no sistema-mundo, segundo Wallerstein (2004).

O primeiro e mais evidente impacto foi a vertiginosa concentração da cesta de exportações. Se no final do século XX a pauta brasileira ainda guardava certa diversidade, com participação relevante de produtos manufaturados e semimanufaturados, o período de 2001 a 2022 testemunhou uma regressão a um perfil primário-exportador. Dados do período demonstram que o complexo soja (grão, farelo e óleo), junto com o minério de ferro e o petróleo bruto, passou a responder pela maior parte das receitas de exportação do país. Em 2019, por exemplo, esses três produtos, sozinhos, representaram mais de 80% do valor total exportado pelo Brasil para a China (Hiratuka; Sarti, 2016). Essa concentração em produtos de baixa elaboração tecnológica e alta volatilidade de preços expõe a economia nacional a choques externos, tornando o desempenho econômico do país refém das flutuações do mercado internacional de commodities e, principalmente, do ritmo do crescimento chinês (Ouriques, 2019).

Essa dinâmica torna-se ainda mais crítica quando se analisa a direção do fluxo comercial, que revela a construção de uma "dependência assimétrica" (Brozoski, 2020). Enquanto a China se tornou o destino de cerca de 70% de toda a soja exportada pelo Brasil, consolidando-se como seu principal parceiro comercial de forma isolada, a relevância do Brasil para a China, embora significativa, é muito menor e estrategicamente gerenciável. A China importa soja de múltiplos fornecedores globais, como Estados Unidos e Argentina, e utiliza sua posição como maior compradora do mundo para ditar preços e condições, além de investir ativamente na diversificação de suas fontes para mitigar riscos (Vieira; Buainain; Figueiredo, 2016). Para o Brasil, contudo, não existe um mercado alternativo capaz de absorver a magnitude da produção destinada à China, o que confere a Pequim um poder de barganha estruturalmente superior e coloca o Brasil em uma posição de alta vulnerabilidade a qualquer alteração, seja ela comercial, sanitária ou geopolítica, na política de importação chinesa (Brozoski, 2020).

Este padrão comercial, exportação de produtos primários em troca de bens industrializados, reedita a tese clássica da deterioração dos termos de troca, formulada por Prebisch e Singer na década de 1950. A análise empírica do comércio bilateral Brasil-China, realizada por Marques e Campos (2020), confirma essa tendência para o caso da soja. O estudo demonstra que, ao longo do período, o Brasil precisou exportar volumes progressivamente maiores da oleaginosa para conseguir importar a mesma quantidade de bens de maior valor agregado e conteúdo tecnológico da China. Esse intercâmbio desigual

corrói a capacidade de acumulação de capital do país a longo prazo e limita as possibilidades de um desenvolvimento autônomo e sustentado, pois a riqueza gerada pela exportação da commodity não se traduz em um fortalecimento endógeno da capacidade produtiva e inovadora (Palma, 2019).

Portanto, o impacto da expansão da soja sobre a pauta exportadora transcende a simples análise da balança comercial. Ele representa a materialização da reprimarização, consolidando um modelo de inserção internacional que, embora tenha garantido superávits e impulsionado o PIB durante o *boom* das commodities, o fez ao custo de uma perigosa simplificação da estrutura produtiva e da criação de uma dependência estratégica. A pauta exportadora tornou-se menos complexa, mais concentrada e estruturalmente mais vulnerável. Essa nova configuração não apenas limita as opções de política externa do Brasil, como também gera consequências internas profundas, notadamente sobre a estrutura industrial do país.

3.3 A perda da densidade industrial e a reprimarização acelerada

A reconfiguração da pauta exportadora brasileira, dominada pela soja e concentrada na China, não foi um fenômeno isolado e restrito ao comércio exterior. Pelo contrário, ela gerou ondas de choque que se propagaram por toda a estrutura produtiva do país, culminando em um processo agudo de desindustrialização prematura e reprimarização acelerada (Palma, 2019). A especialização produtiva em uma commodity agrícola, embora tenha garantido superávits comerciais, atuou como um poderoso vetor de desarticulação das cadeias de valor industriais, erodindo a complexidade da economia brasileira. O caso da industrialização da própria soja é o exemplo mais emblemático de como o modelo primário-exportador não apenas impediu o avanço da indústria, mas ativamente reverteu um processo de agregação de valor que já estava em curso.

Este processo pode ser compreendido a partir de dois mecanismos interligados. O primeiro é a manifestação da chamada Doença Holandesa, um fenômeno macroeconômico no qual um *boom* de exportações de um recurso natural provoca uma entrada massiva de divisas no país (Bresser-Pereira, 2008). Durante o auge do superciclo das commodities (2003-2013), a enxurrada de dólares provenientes da exportação de soja, minério de ferro e petróleo para a China causou uma valorização persistente do real. Um câmbio apreciado funciona como um veneno para a indústria local: torna os produtos manufaturados brasileiros mais caros e menos competitivos no mercado internacional, ao mesmo tempo que barateia os bens

importados, que passam a inundar o mercado doméstico (Lopes, 2017). A indústria nacional ficou, assim, prensada entre a dificuldade de exportar e a concorrência avassaladora dos importados, especialmente os chineses, que se beneficiavam duplamente de seus baixos custos de produção e de um câmbio favorável (Hiratuka e Sarti, 2016).

O segundo mecanismo, mais direto e devastador, foi o da concorrência chinesa e a desarticulação da cadeia da soja. O Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, havia construído um significativo parque industrial para o esmagamento da soja, produzindo farelo (usado em ração animal) e óleo (para consumo humano e industrial), produtos de maior valor agregado que o grão *in natura* (Pastre, 2016). No entanto, a combinação de fatores internos e externos no século XXI reverteu essa tendência. Internamente, a Lei Kandir, ao isentar de ICMS a exportação do grão bruto, tornou a venda da matéria-prima mais rentável do que seu processamento (Santos et al., 2016). Externamente, a China adotou uma estratégia de escalada tarifária: impunha tarifas de importação muito baixas ou nulas para o grão de soja e tarifas significativamente mais altas para o óleo e o farelo já processados (Santos et al., 2016).

Essa política chinesa foi uma decisão estratégica deliberada para internalizar a etapa industrial do complexo da soja. O objetivo era claro: importar a matéria-prima barata do Brasil e de outros países e realizar o processo de esmagamento em seu próprio território, gerando empregos, desenvolvendo sua agroindústria e capturando a maior parte do valor da cadeia (Escher e Wilkinson, 2019). O resultado para o Brasil foi catastrófico para o setor de processamento. Dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) mostram que, se antes do *boom* chinês o Brasil processava internamente a maior parte de sua produção, essa proporção caiu drasticamente. Em 2021, por exemplo, das 126 milhões de toneladas de soja produzidas, 86 milhões foram exportadas como grão bruto, e apenas 40 milhões foram processadas no país (Pereira, 2022). Em termos percentuais, o país regrediu de esmagar cerca de 80% de sua soja nos anos 1980 para pouco mais de 40% nas últimas décadas (Pastre, 2016).

Essa "desindustrialização dentro da própria cadeia da soja" é um microcosmo do que ocorreu em escala nacional. A perda de densidade industrial é visível nos dados macroeconômicos: a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que chegou a ultrapassar 30% na década de 1980, despencou para cerca de 11% em 2020 (Lopes, 2022). O processo não foi apenas de estagnação, mas de regressão, uma "especialização regressiva" que desmontou elos produtivos importantes (Palma, 2019). A exportação do grão bruto significa que o país abdica de gerar empregos industriais de

maior qualificação, de desenvolver tecnologias de processamento, de criar indústrias de bens de capital para o setor e de fomentar uma cadeia de serviços associada (Pereira, 2022). Em vez de complexificar sua economia, o Brasil a simplificou, retornando a um modelo que se assemelha ao primário-exportador do início do século XX.

Portanto, a perda de densidade industrial e a reprimarização acelerada são as duas faces da mesma moeda da dependência. Elas são a consequência direta de um modelo de inserção internacional subordinado, no qual o agronegócio da soja, ao invés de servir como plataforma para a industrialização, tornou-se o principal motor da desindustrialização. O superávit na balança comercial, tão celebrado, mascara essa profunda fragilização da estrutura produtiva nacional. Essa fragilidade, por sua vez, não se limita à esfera econômica, gerando profundas consequências sociais, regionais e ambientais, que consolidam os custos desse modelo de desenvolvimento.

3.4 Consequências sociais, regionais e ambientais do modelo primário-exportador

A consolidação do complexo da soja como eixo dinâmico da economia brasileira e a consequente reprimarização da pauta exportadora não são processos abstratos, restritos às planilhas de comércio exterior ou aos debates macroeconômicos. Pelo contrário, este modelo de desenvolvimento, aqui caracterizado como neoextrativista, materializa-se no território de forma avassaladora, impondo uma lógica produtiva que gera profundas e, muitas vezes, irreversíveis consequências ambientais, sociais e regionais (Oliveira, 2019). A análise desses impactos revela que os superávits comerciais, obtidos com a exportação massiva de soja *in natura*, são sustentados por um passivo socioambiental de altíssimo custo, cujos ônus recaem sobre os biomas, as comunidades locais e a própria soberania nacional. Longe de serem meros "efeitos colaterais", essas consequências são elementos estruturais e inerentes ao funcionamento do modelo dependente e primário-exportador (Palma, 2019).

Do ponto de vista ambiental, a expansão da soja representa o principal vetor de transformação e degradação de ecossistemas no Brasil contemporâneo. A busca incessante por terras para o plantio, impulsionada pela demanda chinesa, acelerou dramaticamente o avanço da fronteira agrícola sobre dois dos biomas mais importantes do mundo: o Cerrado e a Amazônia. O Cerrado, considerado o "berço das águas" do Brasil e um hotspot de biodiversidade global, tem sido a vítima principal. Estima-se que mais da metade de sua vegetação original já tenha sido convertida para atividades agropecuárias, com a sojicultura liderando esse processo, especialmente na região do MATOPIBA (Oliveira, 2019). A

conversão de vegetação nativa em lavouras de monocultura não implica apenas na perda de habitat para inúmeras espécies, mas também compromete serviços ecossistêmicos vitais, como a regulação hídrica, a polinização e a manutenção da fertilidade do solo (Vieira et al., 2019).

Associado ao desmatamento, o modelo produtivo da soja é intrinsecamente dependente do uso massivo de agroquímicos. O Brasil se tornou um dos maiores consumidores de pesticidas do mundo, e a soja é a cultura que mais absorve esses insumos. O uso intensivo de herbicidas, como o glifosato, e de outros agrotóxicos, contamina os solos, os lençóis freáticos e os cursos d'água, com impactos diretos sobre a saúde das populações rurais e urbanas circunvizinhas (Oliveira, 2019). A lógica do agronegócio exportador, focada na produtividade em larga escala, externaliza esses custos ambientais e de saúde pública, que não são contabilizados no preço da commodity. Trata-se de uma forma de apropriação da natureza que esgota os recursos para garantir o fluxo de matéria-prima barata para o centro do sistema-mundo (Porto-Gonçalves, 2017), reproduzindo uma lógica predatória que marca a história econômica do Brasil desde o período colonial.

Ainda, segundo Pereira (2022), as consequências sociais são igualmente graves e estão diretamente ligadas à estrutura do agronegócio da soja. Diferente da agricultura familiar, que emprega mais mão de obra e promove a circulação de renda localmente, o modelo da soja é altamente mecanizado e intensivo em capital, resultando em uma baixa geração de empregos diretos. A riqueza gerada pela produção e exportação da *commodity* concentra-se nas mãos de um número reduzido de grandes proprietários rurais, corporações multinacionais de insumos e tradings que controlam a comercialização (Escher e Wilkinson, 2019). Essa concentração de terra e renda é um dos legados mais perversos do avanço da soja. A valorização especulativa das terras na fronteira agrícola torna inviável a permanência de pequenos produtores e acelera um processo de expropriação, alimentando o êxodo rural e o inchaço das periferias urbanas.

Além disso, a expansão da soja é um dos principais catalisadores de conflitos fundiários no campo brasileiro. O avanço das lavouras sobre territórios tradicionalmente ocupados por comunidades indígenas, quilombolas e posseiros gera uma disputa violenta pela terra. Esses conflitos são frequentemente marcados pela grilagem (falsificação de títulos de propriedade), pela intimidação e pela violência física, em uma clara demonstração de que o "desenvolvimento" promovido pelo agronegócio se dá através da expropriação e da negação dos direitos de populações vulneráveis (Oliveira, 2019). O Estado, muitas vezes, atua de forma ambígua ou omissa, quando não favorece abertamente os interesses do agronegócio em

detrimento dos direitos constitucionais dessas comunidades (Santos et al., 2016). Cria-se, assim, um modelo de desenvolvimento que gera riqueza para a balança comercial, mas aprofunda as desigualdades e a violência social no interior do país.

No plano regional e geopolítico, a especialização na soja também impõe custos significativos. O foco obsessivo na relação bilateral com a China, principal compradora, contribui para a desintegração e fragmentação da América do Sul (Barbosa, 2020). Em vez de fortalecerem cadeias produtivas regionais e aumentarem seu poder de barganha coletivo, os países do continente passam a competir entre si para ver quem se torna o fornecedor mais eficiente de matérias-primas para o mercado chinês. O MERCOSUL, por exemplo, perde centralidade como projeto de integração produtiva e se torna, em grande medida, uma plataforma desarticulada de exportação de commodities (Santos et al., 2020). Essa dinâmica enfraquece a autonomia da região e a torna mais suscetível às estratégias e interesses das grandes potências.

Adicionalmente, os investimentos em infraestrutura logística, frequentemente associados à expansão da soja, reforçam essa lógica de subordinação. A construção ou modernização de portos, ferrovias e hidrovias, muitas vezes com participação de capital chinês, é projetada para criar eficientes "corredores de exportação", que ligam as áreas de produção diretamente aos terminais portuários (Pastre, 2016). Essa infraestrutura, embora necessária, é desenhada para servir ao modelo primário-exportador, consolidando o Brasil como um "espaço-canal" para o escoamento de recursos naturais, em detrimento de um planejamento que vise a integração do mercado interno e o desenvolvimento equilibrado de todas as regiões (Lopes, 2017). Escher e Wilkinson (2019) argumentam que a própria presença crescente de estatais chinesas, como a COFCO, que passam a controlar não apenas o comércio, mas também silos, terminais portuários e empresas de processamento, representa uma perda de soberania sobre elos estratégicos da cadeia produtiva nacional.

Em suma, as consequências do modelo primário-exportador centrado na soja vão muito além da esfera econômica. Elas se manifestam na degradação de biomas vitais, na contaminação de recursos hídricos, na concentração de riqueza, na exacerbação de conflitos sociais e no enfraquecimento da integração regional. Esses custos, sistematicamente invisibilizados nos discursos que celebram os records de safra e de exportação, revelam a face predatória e insustentável de um modelo de desenvolvimento que, ao semear soja para a China, colhe no Brasil uma profunda e multifacetada dependência.

4. ALTERNATIVAS PARA SUPERAR A DEPENDÊNCIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA

Após a análise aprofundada da trajetória que levou o Brasil à condição de dependência primário-exportadora, centrada na especialização da soja e orientada pela demanda chinesa, este trabalho entra em sua fase final e propositiva. Os capítulos anteriores cumpriram a tarefa de dissecar o problema: a fundamentação teórica expôs as raízes estruturais da dependência e da reprimarização, a análise contextual situou o fenômeno no cenário da ascensão chinesa e do *boom* das commodities e o estudo de caso brasileiro revelou as múltiplas e danosas consequências – econômicas, sociais, ambientais e regionais – desse modelo neoextrativista. O diagnóstico é contundente: a inserção internacional do Brasil, marcada pela exportação de matéria-prima de baixo valor agregado, reproduz padrões históricos de subordinação e limita severamente as possibilidades de um desenvolvimento soberano e sustentável.

Contudo, a constatação da armadilha da reprimarização não pode conduzir ao fatalismo. A condição de dependência, embora estruturalmente enraizada, não é um destino inescapável. Como a própria história econômica demonstra, países que enfrentaram desafios semelhantes, seja a escassez ou a abundância de recursos naturais, conseguiram reverter suas trajetórias por meio de estratégias deliberadas, coordenação estatal e um projeto nacional claro. O objetivo deste quarto e último capítulo é, portanto, explorar essas alternativas, transcendendo a crítica para delinear caminhos concretos que possibilitem ao Brasil romper com o ciclo vicioso da dependência primário-exportadora.

Para tanto, este capítulo se estrutura em quatro eixos complementares. A primeira seção buscará inspiração em experiências internacionais de diversificação produtiva. Serão analisados casos emblemáticos como os da Coreia do Sul, com a superação da pobreza extrema via industrialização, Noruega e Austrália, com a gestão da riqueza de recursos naturais sem desindustrialização, e Finlândia, com o salto de uma base em *commodities* para a alta tecnologia. O intuito não é propor a cópia de modelos, mas extrair lições valiosas sobre o papel do Estado, da política macroeconômica e da inovação na promoção da transformação estrutural.

Na sequência, a segunda seção focará em políticas de agregação de valor específicas para o agronegócio e a indústria brasileira, com ênfase na cadeia da soja. Irá se argumentar que a superação da dependência exige ir *além do grão e do farelo*, propondo uma estratégia centrada na bioeconomia e nas biorrefinarias. Serão detalhadas as potencialidades de

transformar a soja em produtos de altíssimo valor agregado, como bioquímicos, bioplásticos e proteínas vegetais, e as políticas necessárias para viabilizar essa transição industrial.

A terceira seção aprofundará o debate sobre o papel da inovação e da industrialização verde como motores dessa transformação. Mobilizando conceitos como o de Estado Empreendedor e políticas *mission-oriented*, esta seção defenderá que a inovação tecnológica, direcionada para a sustentabilidade, é a chave para a complexificação da economia e para a inserção competitiva do Brasil na economia global do século XXI, alinhada aos desafios da emergência climática.

Finalmente, a quarta seção consolidará todas as análises anteriores em propostas concretas de política econômica para o Brasil. Será apresentado um *policy mix* articulado, abrangendo a gestão da taxa de câmbio para neutralizar a Doença Holandesa, a reforma tributária e fiscal para incentivar a agregação de valor, o fomento estatal à inovação e à bioeconomia, com papel central da Embrapa e do BNDES, e uma política comercial estratégica para diversificar mercados e produtos.

Ao percorrer esses quatro eixos, este capítulo final busca oferecer não apenas uma crítica ao modelo vigente, mas um roteiro factível e fundamentado para a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto que transforme a riqueza natural do país em alavanca para a industrialização, inovação e conquista de uma autonomia econômica e social duradoura.

4.1 Experiências internacionais de diversificação produtiva

O diagnóstico da reprimarização e da desindustrialização prematura, detalhado nos capítulos anteriores, coloca o Brasil em uma encruzilhada que Palma (2010) denominou a armadilha da reprimarização. A trajetória de dependência de commodities, embora historicamente recorrente na América Latina, não é um destino inexorável. A história econômica do século XX e do início do século XXI oferece um conjunto valioso de experiências internacionais que demonstram a possibilidade de superar ou mitigar a maldição dos recursos naturais por meio de estratégias deliberadas de diversificação produtiva e ação estatal coordenada. A análise de casos como os da Coreia do Sul, Noruega, Austrália e Finlândia⁴ revela que a condição periférica ou a abundância de recursos naturais não são

⁴ Para uma compreensão detalhada e aprofundada da trajetória específica de cada país, recomenda-se a consulta às obras basilares utilizadas como referência: Chang (2004) e Medeiros (2001) para o desenvolvimentismo na Coreia do Sul; Bresser-Pereira (2008) e Aarrestad (2011) para a gestão do fundo soberano norueguês; Palma (2010) para a industrialização de *commodities* na Austrália; e Castells e Himanen (2007) para o sistema de inovação finlandês.

sentenças, mas desafios que podem ser superados com um projeto nacional claro e políticas econômicas consistentes. Longe de serem modelos a serem copiados, essas experiências fornecem lições cruciais para a formulação de alternativas ao modelo primário-exportador brasileiro.

O caso da Coreia do Sul é, talvez, o mais paradigmático de uma transformação estrutural radical. Partindo de uma condição de extrema pobreza e devastação no pós-guerra, com uma economia baseada em agricultura de subsistência e totalmente dependente da ajuda externa, o país executou uma das mais bem-sucedidas estratégias de industrialização da história (Santos, 2014). Como demonstra Ha-Joon Chang (2004) em sua obra seminal, a Coreia do Sul não seguiu a cartilha do liberalismo econômico, mas *chutou a escada*, utilizando exatamente as mesmas ferramentas que os países hoje desenvolvidos usaram em suas próprias fases de ascensão: protecionismo seletivo, subsídios maciços à exportação, forte intervenção estatal e a criação de grandes conglomerados nacionais (os *chaebols*). Segundo Medeiros (2001), o Estado sul-coreano não apenas escolheu vencedores, como os setores siderúrgico, naval e, posteriormente, eletrônico, mas também impôs uma disciplina rigorosa, atrelando os incentivos a metas de exportação e desempenho tecnológico. A lição coreana é a centralidade de um Estado desenvolvimentista ativo, que utiliza o planejamento estratégico, o controle do crédito e a política comercial como ferramentas para forçar a sofisticação da estrutura produtiva, um contraste gritante com a liberalização que marcou a trajetória brasileira recente (Lima, 2017).

Se a Coreia do Sul representa a superação da ausência de recursos, a Noruega e a Austrália oferecem lições sobre como gerenciar a abundância deles, evitando os efeitos perversos da Doença Holandesa. A Noruega, ao descobrir vastas reservas de petróleo e gás no Mar do Norte nos anos 1970, enfrentou o mesmo dilema que o Brasil com suas commodities: como evitar que a entrada maciça de divisas valorize a moeda e destrua a indústria. A solução foi a criação de um dos mais bem-sucedidos mecanismos de política econômica do mundo: o Fundo Soberano (*Government Pension Fund Global*) (Bresser-Pereira, 2008). A regra é simples e eficaz: toda a receita fiscal proveniente do petróleo é obrigatoriamente depositada no fundo, que por sua vez só pode investir em ativos no exterior. O governo norueguês só pode utilizar em seu orçamento uma pequena fração do rendimento anual do fundo, equivalente a um retorno real de longo prazo. Esse mecanismo esteriliza a entrada de dólares, impedindo a sobrevalorização crônica da taxa de câmbio e, assim, protegendo os demais setores exportadores da economia (Pomper Mayer, 2012). Assim, como diz Aarrestad (2011),

a experiência norueguesa demonstra que a neutralização da Doença Holandesa não é uma impossibilidade teórica, mas uma questão de decisão política e desenho institucional.

A Austrália, por sua vez, oferece um modelo diferente, mas igualmente instrutivo. Sendo, como o Brasil, uma gigante na exportação de commodities minerais e agrícolas, o país não sofreu o mesmo grau de desindustrialização. A análise comparativa de Palma (2010) é reveladora: a diferença crucial reside na gestão macroeconômica e na estratégia de inovação. A Austrália implementou políticas ativas para evitar a sobrevalorização excessiva de sua moeda e, fundamentalmente, utilizou as receitas da mineração para investir pesadamente em ciência e tecnologia *dentro da própria cadeia de valor dos recursos naturais*. O resultado foi a criação de um setor de classe mundial de Equipamentos, Tecnologias e Serviços para Mineração (METS, na sigla em inglês). Assim, a Austrália não exporta apenas minério de ferro; ela exporta o software de geologia, os equipamentos de perfuração autônomos e os serviços de engenharia de alta complexidade que são usados na mineração global. O país conseguiu, assim, industrializar sua commodity, agregando valor e conhecimento a sua base de recursos naturais, um caminho que o Brasil, ao se contentar com a exportação do grão de soja bruto, não trilhou (Palma, 2010).

Finalmente, a Finlândia apresenta um caso inspirador de transição de uma economia baseada em uma commodity para uma liderança em alta tecnologia. Até os anos 1980, a economia finlandesa era altamente dependente da indústria de base florestal (celulose e papel). O salto para a sociedade da informação, simbolizado pela ascensão da Nokia, foi fruto de uma estratégia deliberada de inovação, baseada naquilo que Castells e Himanen (2007) chamaram de hélice tripla: uma sinergia profunda e constante entre o Estado, as universidades e o setor privado. O Estado finlandês, por meio de agências de fomento como a *Tekes*, realizou investimentos públicos de longo prazo e alto risco em pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações. Esse financiamento foi crucial para que a Nokia, então uma empresa diversificada, pudesse desenvolver as tecnologias que a tornariam líder mundial em telefonia móvel. Paralelamente, um investimento maciço em um sistema de educação pública de alta qualidade garantiu a formação de uma força de trabalho altamente qualificada, capaz de sustentar uma economia baseada no conhecimento (Brandão e Bello, 2022). A lição finlandesa é a do poder do investimento estatal em inovação e capital humano como motor para a diversificação e o *upgrading* tecnológico, transformando uma base de recursos naturais em uma plataforma para a economia do conhecimento.

Em conjunto, essas experiências internacionais desconstruem o fatalismo que muitas vezes permeia o debate sobre o desenvolvimento brasileiro. Elas mostram que a armadilha da

reprimarização não é uma lei da natureza, mas o resultado de escolhas políticas e da ausência de uma estratégia nacional. Seja através do ativismo de um Estado desenvolvimentista, da gestão macroeconômica sofisticada para neutralizar a Doença Holandesa ou do fomento estatal à inovação para agregar valor, há caminhos possíveis para a diversificação produtiva. A superação da dependência exige, portanto, a capacidade de aprender com essas lições e construir um projeto próprio, que articule política industrial, tecnológica e comercial em prol da complexificação da economia.

4.2 Políticas de agregação de valor no agronegócio e na indústria: além do grão e do farelo

A superação da dependência primário-exportadora não passa pela negação da vocação agrícola do Brasil, mas por sua radical transformação. Como demonstrado nos capítulos anteriores, o cerne da reprimarização brasileira está na especialização regressiva (Palma, 2019), um processo no qual o país optou, ou foi induzido, a exportar sua principal commodity, a soja, em seu estado bruto. Qualquer projeto de desenvolvimento que vise romper a armadilha da reprimarização deve, portanto, enfrentar frontalmente os mecanismos que desincentivam a agregação de valor no território nacional e propor uma nova política industrial ativa, focada não apenas no processamento básico, mas em um salto tecnológico em direção à bioeconomia (Embrapa, 2022).

O diagnóstico do porquê o Brasil abdicou de sua indústria de processamento de soja é fundamental para a formulação de soluções. Como visto, o país regrediu: se nas décadas de 1980 e 1990 o Brasil possuía um robusto parque industrial de esmagamento, transformando a maior parte de sua produção em farelo e óleo, essa estrutura foi sistematicamente sucateada (Pastre, 2016). Dois fatores centrais explicam esse fenômeno, e qualquer política de agregação de valor precisa, necessariamente, neutralizar ambos.

O primeiro fator é macroeconômico: a Doença Holandesa. Conforme argumentado por Bresser-Pereira (2010), a entrada maciça de dólares provenientes da exportação de commodities, como a soja, aprecia cronicamente a taxa de câmbio. Um real sobrevalorizado torna qualquer produto industrial brasileiro – incluindo o farelo e o óleo de soja – artificialmente caro e não competitivo no mercado global, ao mesmo tempo que torna a importação de manufaturados mais barata. Sob o efeito da Doença Holandesa, a atividade mais lucrativa e racional, do ponto de vista do capitalista individual, é simplesmente exportar o produto bruto, que não exige transformação industrial complexa. Portanto, a condição *sine qua non* para qualquer política de industrialização é a neutralização da taxa de câmbio.

Conforme Bresser-Pereira (2010) propõe, isso exigiria uma política macroeconômica ativa, sendo a mais eficaz a implementação de um imposto de exportação sobre as commodities brutas. Esse imposto não apenas corrigiria a taxa de câmbio para um nível competitivo, o equilíbrio industrial, como também geraria os recursos fiscais necessários para financiar a segunda etapa: a política industrial.

O segundo fator, que atua em sinergia com o primeiro, é a política fiscal e comercial. Internamente, a Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996), ao isentar de ICMS a exportação do grão bruto, criou um subsídio direto à desindustrialização, tornando fiscalmente mais vantajoso exportar a matéria-prima do que processá-la (Santos et al., 2016). Externamente, a escalada tarifária praticada pela China, que impõe tarifas de importação muito baixas para o grão e tarifas significativamente mais altas para o óleo, farelo e produtos processados, funciona como uma barreira que protege sua indústria de esmagamento e suga a matéria-prima do Brasil (Santos et al., 2016). Uma política de agregação de valor, portanto, deve envolver a renegociação desses acordos comerciais e, principalmente, uma reforma tributária interna que reverta a lógica da Lei Kandir, instituindo uma espécie de escalada tributária inversa: taxar o grão bruto e desonerar progressivamente os produtos de maior valor agregado.

Contudo, corrigir o câmbio e os impostos é apenas o primeiro passo. O objetivo de uma política de agregação de valor no século XXI não pode ser meramente o de voltar ao modelo dos anos 1980 – o esmagamento para produzir farelo e óleo (Fontes, 2019). Embora importante, esta é uma industrialização de baixo valor agregado e baixa geração de empregos qualificados (Pereira, 2022). O verdadeiro salto para superar a dependência está na transição do agronegócio para a Bioeconomia, utilizando a biomassa da soja como plataforma para uma nova indústria de base biológica (Denny, 2021). O conceito central para esta transição é o de Biorrefinarias (Embrapa, 2010).

Uma biorrefinaria é uma instalação industrial que utiliza processos químicos e biotecnológicos para converter biomassa – como a soja, seu farelo, óleo e até resíduos – em um vasto portfólio de produtos de alto valor, substituindo o petróleo como matéria-prima (Embrapa, 2010; 2018). Esta é a verdadeira fronteira da agregação de valor. Em vez de simplesmente exportar farelo para ração animal, o Brasil poderia processá-lo para obter proteínas isoladas de soja, um ingrediente de altíssimo valor para a crescente indústria global de alimentos *plant-based* (Monteiro, 2019). Ainda, segundo o Embrapa (2025), o óleo de soja, por sua vez, além do biodiesel, pode ser matéria-prima para bioplásticos, lubrificantes industriais, resinas, adesivos e uma gama de insumos para as indústrias farmacêutica e de

cosméticos, como a lecitina e os tocoferóis. Esta é uma agenda de industrialização complexa, alinhada à transição energética e à demanda global por produtos sustentáveis (Denny, 2021).

Para que esse salto ocorra, é necessário um Estado desenvolvimentista ativo, nos moldes das lições aprendidas no subcapítulo anterior. Esta estratégia exige uma articulação direta entre Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e fomento financeiro. O braço de P&D deve ser liderado por instituições de excelência como a Embrapa, que precisa ampliar seu foco da produtividade no campo (tropicalização da soja) para a produtividade na indústria (desenvolvimento de rotas tecnológicas para as biorrefinarias) (Embrapa, 2022). O braço financeiro deve ser o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A atuação do banco é crucial para fornecer financiamento de longo prazo e juros compatíveis com o alto risco e o longo tempo de maturação desses investimentos inovadores (Pamplona et al., 2021). Por fim, o BNDES, segundo Melo (2019), deve atuar como indutor, criando linhas de crédito específicas para a construção de plantas de processamento de alto valor e condicionando o financiamento à inovação e à agregação de valor no território nacional, em vez de apenas financiar a expansão da produção do grão.

Em suma, uma política de agregação de valor eficaz para a cadeia da soja exige uma ação coordenada em três frentes: (1) uma política macroeconômica que garanta um câmbio competitivo, neutralizando a Doença Holandesa; (2) uma política tributária e comercial que penalize a exportação do grão bruto e incentive o produto processado; e (3) uma política industrial ativa, centrada na bioeconomia e nas biorrefinarias, unindo o fomento à inovação da Embrapa ao fomento financeiro do BNDES. Somente através dessa estratégia coordenada o Brasil poderá transformar sua maior commodity de um símbolo de dependência em uma alavanca para a reindustrialização e o desenvolvimento soberano.

4.3 O papel da inovação e da industrialização verde

As propostas de diversificação produtiva e de agregação de valor setorial vistas anteriormente são pilares fundamentais para a superação da dependência brasileira. Contudo, para que estas propostas se materializem e não se tornem iniciativas isoladas, elas dependem de um motor comum: a inovação. Da mesma forma, para que o desenvolvimento não reproduza as contradições socioambientais do modelo neoextrativista, ele precisa ser orientado por um novo paradigma: o da industrialização verde. A articulação estratégica entre inovação e sustentabilidade não é, portanto, uma opção acessória, mas o eixo central de

qualquer projeto nacional que vise romper a armadilha da reprimarização e inserir o Brasil de forma soberana na economia do século XXI.

O modelo de desenvolvimento baseado na exportação de commodities brutas, como a soja, é uma armadilha precisamente por ser de baixa complexidade tecnológica e indutor de desindustrialização (Palma, 2019). A saída dessa armadilha, como demonstra a experiência histórica, exige um esforço deliberado de *upgrading* tecnológico, que não ocorre espontaneamente pelo mercado. Isso demanda uma redefinição do papel do Estado. A literatura econômica contemporânea, notadamente os trabalhos de Mariana Mazzucato, superou a visão de um Estado apenas como uma espécie de corretor de falhas de mercado, propondo o conceito de Estado Empreendedor (Mazzucato, 2014). Nesta concepção, como defendido por Manzatto (2019), o Estado deve atuar como um investidor de primeira instância, assumindo os riscos de longo prazo que o setor privado não pode ou não quer assumir, especialmente em áreas de alta incerteza e que exigem capital paciente.

É exatamente o caso da industrialização verde. A transição para uma economia de baixo carbono exige inovações radicais que demandam investimentos vultosos e de longa maturação. Aqui, o Estado Empreendedor atua através de políticas de inovação orientadas por missões (*mission-oriented innovation policies*), que definem grandes desafios nacionais – como descarbonizar a indústria ou criar uma bioeconomia de classe mundial – e articulam todos os instrumentos (financiamento, pesquisa, poder de compra) para resolvê-los (Corrêa e Cário, 2022). O papel do Estado não é escolher vencedores passivamente, mas criar mercados e moldar a direção do avanço tecnológico, alinhando o interesse privado com o desenvolvimento social e ambiental (Manzatto, 2019).

No caso brasileiro, essa missão é clara: transformar a vasta dotação de recursos naturais de maldição em bênção, através da ciência e tecnologia (Sachs e Warner, 1995). Isso implica em replicar as lições aprendidas com a Finlândia e a Austrália. A Finlândia, como visto, utilizou a sinergia entre Estado, universidades e empresas (a hélice tripla) para transitar de uma economia baseada em celulose para uma potência em telecomunicações (Castells, Himanen, 2007; Brandão, Bello, 2022). A Austrália, por sua vez, evitou a desindustrialização clássica ao investir em P&D para industrializar sua commodity, criando um setor de tecnologia de mineração (METS) de ponta (Palma, 2010). Como aponta Moraes (2025), a Austrália logrou êxito onde o Brasil falhou, promovendo uma sofisticação produtiva atrelada à sua base de recursos, uma lição direta para o complexo da soja.

A industrialização verde é, portanto, a aplicação prática dessa estratégia no Brasil. Ela se materializa de duas formas. A primeira, já detalhada no subcapítulo anterior, é a aposta

na Bioeconomia como rota para a agregação de valor na soja. O fomento a biorrefinarias (Embrapa, 2010; 2018) é uma política de inovação *mission-oriented* por excelência. Ela exige que o Estado, através da Embrapa, direcione a P&D para além da produtividade do grão, focando no desenvolvimento de rotas químicas e biotecnológicas para a produção de bioplásticos, proteínas isoladas, adesivos renováveis e outros produtos de alto valor (Monteiro, 2019). Exige também que o BNDES atue como um banco empreendedor, fornecendo o capital paciente para a construção dessas novas plantas industriais (Pamplona et al., 2021).

A segunda forma, mais ampla, é o alinhamento do projeto industrial com as metas globais de sustentabilidade, como a Agenda 2030 (Denny, 2021). A industrialização verde, como debatida no contexto da Nova Indústria Brasil (NIB), é uma resposta à emergência climática e às novas barreiras comerciais que surgirão (como taxas de carbono na fronteira) (Moraes, 2025). Ao investir na transformação da soja em bioquímicos e biomateriais, o Brasil estaria não apenas agregando valor e gerando empregos qualificados, mas também posicionando sua indústria na vanguarda da economia de baixo carbono (Pereira, 2022). Esta é uma estratégia que transforma o agronegócio de vilão ambiental em solução para a descarbonização, utilizando a biotecnologia para criar produtos que sequestram carbono em vez de emití-lo (Denny, 2021; Aracaty-e-Silva e Rezende, 2022).

Portanto, o papel da inovação e da industrialização verde é duplo: é o motor tecnológico que permite a agregação de valor e a complexificação da economia, e é a bússola estratégica que garante que esse novo ciclo de desenvolvimento seja ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Sem um Estado Empreendedor que lidere uma política de inovação orientada por *missões verdes*, as propostas de agregação de valor correm o risco de se tornarem iniciativas pontuais, e o Brasil permanecerá na armadilha da reprimarização, exportando matéria-prima de baixo valor e importando a tecnologia necessária para um futuro sustentável.

4.4 Um projeto para o Brasil: propostas de política econômica para a superação do modelo primário-exportador

A análise da trajetória de dependência brasileira, culminando no diagnóstico da armadilha da reprimarização impulsionada pela soja, estaria incompleta se restrita à crítica e à constatação da vulnerabilidade estrutural. Como demonstrado nas seções anteriores deste capítulo, a condição de dependência primário-exportadora, embora historicamente recorrente

na América Latina, não é um destino inexorável (Cardoso e Faletto, 1970). As lições das experiências internacionais, as vastas e ainda pouco exploradas oportunidades de agregação de valor na bioeconomia e o potencial transformador da inovação e da industrialização verde apontam para caminhos concretos de superação. Contudo, essas iniciativas não se materializarão de forma espontânea por meio das forças de mercado, elas exigem o que o Brasil tem carecido nas últimas décadas: um projeto nacional de desenvolvimento e um conjunto de políticas econômicas coordenadas, capazes de reverter os incentivos perversos que hoje promovem a desindustrialização e a especialização regressiva (Palma, 2019). Este subcapítulo final sintetiza, portanto, as propostas de política econômica que emergem desta pesquisa, articuladas em quatro pilares centrais e interdependentes, formando um *policy mix* coerente para a reorientação estratégica do desenvolvimento brasileiro.

O primeiro pilar, e a fundação indispensável de todo o projeto, é a política macroeconômica, com foco específico na neutralização da Doença Holandesa. Como argumenta insistentemente Bresser-Pereira (2008; 2010; 2012), nenhum país que sofre da maldição dos recursos conseguiu se industrializar ou manter sua indústria competitiva sem antes resolver o problema da sobrevalorização crônica da taxa de câmbio. O influxo massivo de dólares provenientes da exportação de commodities abundantes e baratas, como a soja no caso brasileiro, aprecia o real de forma persistente. Essa apreciação, embora possa parecer benéfica ao baratear importados e viagens ao exterior, torna toda a indústria de transformação nacional estruturalmente incompetitiva, pois seus custos em dólar se elevam artificialmente (Palma, 2010). A consequência é a inviabilidade de exportar bens manufaturados e a dificuldade de competir com importados no mercado doméstico.

A solução, portanto, não reside em deixar o câmbio flutuar livremente, pois ele tenderá a flutuar em torno de um equilíbrio corrente que inviabiliza a indústria. A saída é administrar a taxa de câmbio, buscando ativamente um nível de equilíbrio industrial, ou seja, um patamar que torne competitivas as empresas industriais eficientes que utilizam tecnologia no estado da arte mundial (Bresser-Pereira, 2012). O instrumento mais eficaz e direto para alcançar esse objetivo, conforme a abordagem novo-desenvolvimentista, seria a criação de um imposto de exportação sobre as commodities brutas que dão origem à doença. Este imposto, que poderia ser variável, ajustando-se aos ciclos de preços internacionais, teria o duplo efeito de *esterilizar* parte da entrada excessiva de divisas, desapreciando a taxa de câmbio, e de gerar receita fiscal. É crucial ressaltar que tal imposto não prejudicaria os exportadores da commodity, pois a depreciação cambial resultante compensaria o valor do tributo pago. Parte da receita poderia, inclusive, ser usada para criar um fundo de

estabilização, protegendo os produtores de commodities das quedas bruscas de preços (Bresser-Pereira, 2010). Sem essa política macroeconômica fundamental, que coloca a taxa de câmbio no centro da estratégia de desenvolvimento, qualquer esforço de industrialização nasce comprometido por falta de competitividade-preço.

O segundo pilar é a política industrial-tributária, que deve reverter a lógica perversa dos incentivos internos que atualmente promovem a desindustrialização. O diagnóstico da cadeia da soja foi inequívoco: o Brasil, paradoxalmente, subsidia ativamente a exportação de sua matéria-prima bruta. A Lei Kandir (Brasil, 1996), ao isentar de ICMS a exportação do grão bruto, criou um subsídio direto à desindustrialização, tornando fiscalmente mais vantajoso exportar a matéria-prima do que processá-la internamente (Santos et al., 2016). Essa política interna se soma à escalada tarifária praticada por grandes importadores como a China, que taxam menos o grão e mais os produtos processados (óleo, farelo) para proteger suas próprias indústrias de esmagamento (Santos et al., 2016). A proposta, portanto, é uma contrarreforma tributária e fiscal que utilize os impostos como ferramenta de política industrial. Isso implica, primeiramente, na revogação ou profunda reforma da Lei Kandir, eliminando o subsídio à exportação de matéria-prima. Mas a ação deve ser mais ambiciosa: o Brasil deve implementar sua própria escalada tributária interna, como contramedida à escalada externa. Isso significa criar uma estrutura de impostos progressiva que penalize a exportação do grão bruto, complementando o imposto de exportação do pilar macroeconômico, e, em contrapartida, desonere ou até subsidie a exportação de produtos de maior valor agregado – desde o farelo e o óleo (Fontes, 2019), passando pelas proteínas isoladas (Monteiro, 2019) até os produtos de altíssimo valor da bioeconomia, como bioquímicos e bioplásticos (Embrapa, 2018). Essa medida não apenas corrigiria uma distorção histórica, mas alinharia a política fiscal à meta estratégica da industrialização, tornando economicamente racional para as empresas investir no processamento e na agregação de valor no território nacional.

O terceiro pilar é a política de fomento, inovação e o papel do Estado Empreendedor. Corrigir os preços relativos macro (câmbio) e os incentivos fiscais (impostos) é uma condição necessária, mas não suficiente para desencadear um processo robusto de reindustrialização e diversificação. É preciso construir ativamente as novas capacidades produtivas e tecnológicas, e isso exige um Estado que atue como protagonista da inovação, superando a visão restrita de um mero corretor de falhas de mercado e assumindo o papel de um Estado Empreendedor, como proposto por Mariana Mazzucato (Manzatto, 2019). Este Estado não teme assumir riscos, investir em tecnologias incipientes e direcionar o desenvolvimento em

prol de grandes missões nacionais (Mazzucato, 2014). O Brasil já possui os instrumentos institucionais para isso, que precisam ser reorientados e fortalecidos para uma política de inovação orientada por missões (*mission-oriented innovation policies*), em linha com as diretrizes da Nova Indústria Brasil (Moraes, 2025). A missão central deve ser clara e mobilizadora: transformar o Brasil em uma potência global da bioeconomia e da industrialização verde, utilizando sua vasta base de recursos naturais como alavanca para a sofisticação tecnológica (Corrêa; Cário, 2022; IPEA, 2022). A execução dessa missão requer uma articulação coesa e sinérgica entre pesquisa e financiamento. O braço da P&D deve ser capitaneado pela Embrapa, instituição que foi a grande responsável pelo sucesso da produtividade agrícola que viabilizou a expansão da soja (Embrapa, 2021). Agora, seu foco estratégico deve ser ampliado para que ela se torne a "Embrapa da Bioeconomia, direcionando seus recursos de pesquisa e sua capilaridade não apenas para a eficiência no campo, mas para o desenvolvimento de rotas tecnológicas para as biorrefinarias, a criação de patentes de novos bioprodutos e a difusão dessas tecnologias para o setor produtivo (Embrapa, 2010; 2022).

Complementarmente, o braço do financiamento deve ser exercido pelo BNDES, que precisa resgatar sua vocação histórica de banco do desenvolvimento e atuar como o banco empreendedor que fornecerá o capital paciente, de longo prazo e com custos compatíveis, que a iniciativa privada não pode (ou não quer) arriscar em projetos de inovação radical e de construção de novas cadeias produtivas. As linhas de financiamento do banco, como as detalhadas por Pamplona et al. (2021), devem ser robustecidas e estrategicamente direcionadas não para a mera expansão da fronteira agrícola ou para a exportação de grãos, mas para a construção de plantas de processamento de alto valor, como as biorrefinarias, condicionando o acesso ao crédito à agregação de valor no território nacional, à geração de empregos qualificados e à adoção de práticas sustentáveis (Melo, 2019).

O quarto e último pilar, que amarra os anteriores, é a política comercial estratégica. O objetivo de todo esse esforço coordenado não é promover um fechamento autárquico da economia, nem deixar de vender para a China, o que seria economicamente inviável e estrategicamente ingênuo. O objetivo é, sim, mudar a qualidade da inserção internacional brasileira, reequilibrando a dependência assimétrica e aumentando a autonomia decisória do país (Brozowski, 2020). Com uma taxa de câmbio competitiva, incentivos fiscais alinhados e uma indústria de bioeconomia inovadora e financiada, o Brasil ganha poder de barganha. O país pode, então, negociar de forma mais assertiva contra a escalada tarifária chinesa e de outros importadores, pois terá uma indústria doméstica viável e produtos diferenciados a

oferecer. Mais importante, o Brasil poderá finalmente diversificar seus mercados de forma estratégica.

A aposta na industrialização verde, alinhada à Agenda 2030 (Denny, 2021) e às crescentes exigências de sustentabilidade globais, permite ao país acessar e consolidar posições nos exigentes mercados da União Europeia e da América do Norte, que demandam produtos de baixo carbono e com rastreabilidade socioambiental. O Brasil deixaria de ser refém de um único comprador (China) e de um único produto (soja em grão) para se tornar um fornecedor global de soluções sustentáveis – bioquímicos, plásticos renováveis, proteínas vegetais, biocombustíveis avançados –, agregando valor à sua biodiversidade e ao seu agronegócio.

Em síntese, o conjunto de propostas aqui delineado forma um *policy mix* indissociável, onde cada pilar reforça e viabiliza os demais. A política macroeconômica de Bresser-Pereira cria a condição de competitividade; a política tributária alinha os incentivos microeconômicos; e a política de inovação e fomento inspirada em Mazzucato, executada pela Embrapa e pelo BNDES, constrói as novas capacidades produtivas e tecnológicas. A política comercial colhe os frutos dessa transformação, diversificando parceiros e produtos. Somente essa ação estatal coordenada, que exige visão de longo prazo e capacidade de implementação, elementos centrais do conceito de Estado Desenvolvimentista (Chang, 2004), permitirá ao Brasil, finalmente, quebrar o ciclo histórico da dependência e transformar sua vasta riqueza em recursos naturais de uma "maldição" em uma alavanca para o desenvolvimento soberano, sustentável e socialmente inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar a complexa dinâmica da reprimarização da economia brasileira no século XXI, investigando como a intensificação das relações comerciais com a China, centrada na exportação massiva de soja, reconfigurou a inserção internacional do país e aprofundou sua histórica condição de dependência. O objetivo central foi desvendar os mecanismos que operam por trás dos superávits comerciais, demonstrando que a especialização primário-exportadora, longe de ser um caminho para o desenvolvimento autônomo, representa uma reedição contemporânea da subordinação estrutural, ao mesmo tempo em que se buscou delinear alternativas estratégicas para a superação deste modelo. Para tanto, a pesquisa mobilizou um arcabouço teórico crítico, combinando a Teoria da Dependência, a Análise do Sistema-Mundo e o conceito de neoextrativismo.

O primeiro capítulo estabeleceu as bases conceituais da análise. Ao revisitar a Teoria da Dependência em suas diversas vertentes, compreendeu-se que o subdesenvolvimento não é uma etapa a ser superada, mas uma condição funcional ao capitalismo global, marcada pela transferência de valor e pela inserção subordinada. A Análise do Sistema-Mundo, por sua vez, ofereceu a perspectiva histórica e espacial, permitindo situar a ascensão chinesa não como uma ruptura, mas como uma reconfiguração da hegemonia que redefine, mas não elimina, as funções periféricas. Complementarmente, os modelos da Doença Holandesa e da Maldição dos Recursos Naturais forneceram os mecanismos econômicos que explicam como a abundância de recursos naturais pode se traduzir em desindustrialização e especialização regressiva. Este conjunto teórico formou a lente através da qual a relação sino-brasileira foi interpretada.

O segundo capítulo contextualizou o cenário global que possibilitou a intensificação dessa dinâmica. A análise da transformação econômica da China, sua entrada na OMC e seu consequente apetite por commodities foram identificados como os motores do superciclo que marcou a primeira década do século XXI. Detalhou-se a evolução das relações comerciais sino-brasileiras, evidenciando a rápida ascensão da China à posição de principal parceiro comercial do Brasil e a drástica concentração da pauta exportadora brasileira em poucos produtos primários – principalmente a soja. A explosão da demanda chinesa por soja foi dissecada como um fenômeno chave, ligado a uma estratégia de Estado chinesa para garantir sua segurança alimentar através da terceirização da produção de insumos para ração animal.

O terceiro capítulo constituiu o núcleo empírico da pesquisa, aprofundando a análise no caso brasileiro e na centralidade da soja. Demonstrou-se a trajetória histórica que levou à especialização do agronegócio nacional na oleaginosa, um processo impulsionado tanto por fatores internos (tecnologia da Embrapa, Lei Kandir) quanto externos (demanda chinesa). Os impactos dessa especialização sobre a pauta exportadora foram quantificados, revelando a consolidação de uma profunda dependência assimétrica em relação ao mercado chinês. Em seguida, investigou-se a conexão direta entre o *boom* da soja e a perda de densidade industrial, detalhando os mecanismos da Doença Holandesa, da concorrência chinesa e da desarticulação da própria cadeia de processamento da soja no Brasil. Por fim, exploraram-se as graves consequências socioambientais e regionais desse modelo neoextrativista: o desmatamento do Cerrado e da Amazônia, a intensificação dos conflitos fundiários, a concentração de terra e renda e o enfraquecimento da integração sul-americana.

Diante desse diagnóstico crítico, o quarto capítulo voltou-se para a discussão de alternativas. Analisaram-se experiências internacionais de países que conseguiram superar ou mitigar a dependência de commodities (como Coreia do Sul, Noruega, Austrália e Finlândia), extraíndo lições sobre o papel crucial de um Estado desenvolvimentista ativo, da gestão macroeconômica estratégica e do investimento em inovação. Propuseram-se políticas concretas de agregação de valor para a cadeia da soja, indo além do esmagamento básico e apontando para as potencialidades da bioeconomia e das biorrefinarias. O papel da inovação e da industrialização verde foi destacado como o motor para uma reindustrialização sustentável, alinhada aos desafios do século XXI. Finalmente, todas essas propostas foram sintetizadas em um *policy mix* coerente, articulando a neutralização da Doença Holandesa, a reforma tributária e fiscal, o fomento à inovação via Estado Empreendedor (com protagonismo da Embrapa e do BNDES) e uma política comercial estratégica voltada para a diversificação de produtos e mercados.

Ao articular a teoria, o contexto global, a análise empírica do caso brasileiro e a proposição de alternativas, este trabalho buscou cumprir seus objetivos e corroborar sua hipótese central: a de que a especialização na exportação de soja para a China representa uma nova fase do desenvolvimento dependente brasileiro, marcada pela reprimarização produtiva e pela vulnerabilidade estrutural. Demonstrou-se que os superávits comerciais, embora relevantes, mascaram uma profunda fragilização da economia e da sociedade, cujos custos socioambientais são elevados e insustentáveis a longo prazo. Contudo, a pesquisa também apontou que essa trajetória não é um destino inescapável. A superação da dependência é possível, mas exige uma ruptura com o consenso liberalizante das últimas décadas e a

reconstrução de um projeto nacional de desenvolvimento, com um Estado ativo e capaz de coordenar políticas macroeconômicas, industriais, tecnológicas e ambientais em prol da soberania e da complexificação da estrutura produtiva.

Reconhece-se que esta pesquisa possui limitações, como o foco predominante na soja, embora outras commodities também contribuam para a reprimarização, e a necessidade de aprofundar a análise dos impactos regionais específicos dentro do Brasil. Sugere-se, como agenda para futuras pesquisas, a investigação comparativa com outros países latino-americanos exportadores de commodities para a China, a análise do papel de outros atores (como as *tradings* multinacionais) na configuração dessa dependência e o aprofundamento das propostas de política industrial para setores específicos da bioeconomia.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o debate urgente e necessário sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro. A armadilha da reprimarização não é apenas um conceito acadêmico, mas uma realidade que limita as potencialidades do país e aprofunda suas desigualdades históricas. Superá-la exige não apenas conhecimento crítico, mas vontade política para construir um futuro onde o Brasil possa semear sua vasta riqueza natural e colher um desenvolvimento verdadeiramente soberano, sustentável e inclusivo para toda a sua população.

REFERÊNCIAS

AARRESTAD, Jostein. O modelo norueguês: o que pode ser aprendido com a gestão do petróleo e do gás natural da Noruega? **Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política**, v. 31, n. 5 [125], p. 816-828, set./out. 2011.

ARACATY-E-SILVA, Michele Lins; REZENDE, Lucas André Matos Sarraff de. Bioeconomia e o futuro do desenvolvimento do Brasil e da Amazônia. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 11, n. 1, p. 99-114, jan./jun. 2022.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS (ABIOVE). **Relatório de Sustentabilidade 2022 | Ano base 2021**. São Paulo: Abiove, 2022. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=https://abiove.org.br/relatorio-de-sustentabilidade-2022/>.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. A ascensão chinesa, as transformações da economia-mundo capitalista e os impactos sobre os padrões de comércio na América Latina. *Revista Tempo do Mundo*, n. 24, p. 135-174, dez. 2020.

BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A. *Desenvolvimento, vaivém e desigualdade na América Latina*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

BRANDÃO, André Augusto P.; BELLO, Andrea. O Estado de Bem Estar Social finlandês e seu modelo educacional. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 252-270, 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 set. 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 7-28, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. *Revista de Economia Política*, v. 28, n. 1, p. 47–71, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. O problema da desindustrialização no Brasil. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 ago. 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. *Doença holandesa e desindustrialização*. Valor Econômico, São Paulo, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N.; OREIRO, J. L. *Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BROZOSKI, Felipe. A parceria estratégica sino-brasileira e a dependência assimétrica do Brasil. *Cadernos de Relações Internacionais*, v. 11, n. 20, p. 72-92, 2020.

CARDOZO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

CARNEIRO, M. J. *A expansão da soja no Brasil: implicações socioambientais*. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 434–456, 2019.

CARRÃO, André M.; FERREIRA, Gessica C. Potencialidades da soja para além do farelo e óleo: uma prospecção de produtos de alto valor agregado. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 1168-1185, out./dez. 2020.

CASTELLS, Manuel; HIMANEN, Pekka. **A Sociedade de Informação e o Estado-Providência**: O Modelo Finlandês. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. *(Resenha utilizada como referência indireta)*.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Anuário da Soja 2020*. Brasília: CNA, 2020.

CORDEN, W. M.; NEARY, J. P. *Booming sector and de-industrialisation in a small open economy*. *The Economic Journal*, v. 92, n. 368, p. 825–848, 1982.

CORDEN, W. M. *Booming sector and Dutch Disease economics: survey and consolidation*. *Oxford Economic Papers*, v. 36, n. 3, p. 359–380, 1984.

CORRÊA, Lucas; CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz. Estado empreendedor, políticas de inovação mission-oriented e transição energética renovável: justificativas, princípios e avaliação. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 37, n. esp., p. 273-300, ago. 2022.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965–2012). *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 20, n. 1, p. 25–67, 2012.

DENNY, Danielle Mendes Thame. Agenda 2030: agronegócio vilão, vítima e solução rumo a uma bioeconomia circular sustentável. **Revista Iberoamericana de Bioeconomía y Cambio Climático**, v. 7, n. 14, p. 1754-1772, 2021.

DOS SANTOS, Theotonio. A estrutura da dependência. *Revista da CEPAL*, n. 1, p. 231–266, 1970.

DOS SANTOS, Theotonio. Teoria da dependência: balanço e perspectivas. In: LOPES, F. B.; OLIVEIRA, M. C. (org.). *Ensaio sobre a dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DUSSEL PETERS, Enrique. Latin America's trade and investment relationship with China (2000-2012): a new form of dependency? *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, n. 1, p. 123-142, jan. 2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **A saga da soja no Brasil**: uma trajetória de sucessos. Brasília, DF: Embrapa, [2021]. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/455298/1/AsagadasojanoBrasiliumatrajetoriadesucessos.pdf>.

EMBRAPA AGROENERGIA. **Biorrefinarias**. Brasília, DF: Embrapa Agroenergia, 2010. (Folder). Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/908142/biorrefinarias>.

ESCHER, Fernanda; WILKINSON, John. O “complexo soja-carne Brasil-China” e o reposicionamento estratégico do Brasil no regime alimentar internacional. *Revista Estudos e Debates*, v. 26, n. 2, p. 287–312, 2019.

FIORI, José Luís. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FONTES, Amanda Vilaça. **Processo de industrialização da soja no Brasil**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Química) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

GALLAGHER, K.; PORZECANSKI, R. *The dragon in the room: China and the future of Latin American industrialization*. Stanford: Stanford University Press, 2010.

GEREFFI, G. *Globalization, development and supply chains*. Cambridge: Polity Press, 2018.

GOMES, Romeu; PEREIRA, Marina; RÜSSMANN, Gabriela. **Bioeconomia: uma agenda de desenvolvimento para o Brasil**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2022.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. *Investimentos chineses no Brasil e a reconfiguração da inserção internacional brasileira*. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Brasília, n. 128, p. 45–61, 2017.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, n. 1, p. 83-100, jan. 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Panorama das relações econômicas Brasil-China*. Brasília: IPEA, 2019.

JENKINS, R. *How China is reshaping the global economy: development impacts in Africa and Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

LIMA, Uallace Moreira. O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3 [60], p. 741-770, set./dez. 2017.

LOPES, Anne Kelly Rocha. **Análise sobre a reprimarização das exportações brasileiras no período de 2011 a 2020**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

LOPES, Victor Tarifa. **A reprimarização das exportações brasileiras em uma perspectiva histórico-mundial de longa e média durações**. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MANZATTO, Rômulo. Mariana Mazzucato e o Estado Empreendedor Verde. **Informações FIPE**, n. 469, p. 39-42, out. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MARCONI, Nelson. A desindustrialização brasileira e a doença holandesa. *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 4, p. 649–672, 2012.

MARQUES, Tomás Costa de Azevedo; CAMPOS, Reinaldo. Uma análise do comércio bilateral Brasil-China: a deterioração dos termos de troca e o caso da soja. *Revista Tempo do Mundo*, n. 24, p. 379-404, dez. 2020.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MEDEIROS, Carlos A. O modelo sul-coreano de desenvolvimento: lições e perspectivas. **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 1 [81], p. 138-158, jan./mar. 2001.

MELO, Diego Henrique Gomes de. **Mercado da soja no Brasil**: cenários e perspectivas. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

MONTEIRO, João Pedro da Silva. **Mapeamento e Avaliação de oportunidades tecnológicas para o reaproveitamento dos subprodutos da soja no Brasil**. 2019. Monografia (Engenharia Química) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MONTEIRO, V. B.; PENNA, C. M. *Diagnóstico para a desindustrialização do Brasil: Doença Holandesa ou Custo Brasil?*. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 1–25, 2021.

MORAES, Isaías Albertin de. Neoindustrialização: uma análise comparativa entre Austrália, Reino Unido e Brasil. **Revista Jurídica da UEMG - InovaJur**, Frutal, v. 4, n. 2, p. D1-D26, jul./dez. 2024.

NAUGHTON, B. *The Chinese economy: transitions and growth*. Cambridge: MIT Press, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; SCHNEIDER, Sergio. O Brasil e a China na nova configuração do sistema agroalimentar mundial. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24, n. 2, p. 258–290, 2016.

OLIVEIRA, Arthur Virgilius Braga. **Extrativismo e neoextrativismo no Brasil: uma análise do modelo econômico brasileiro e seus impactos ao meio ambiente**. 2019. Monografia (Economia Ecológica) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. *Desindustrialização, reprimarização e o futuro da economia brasileira*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 219–241, 2014.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **A desindustrialização e a doença holandesa no Brasil**. São Paulo: FGV, 2014.

OURIQUES, Helton Ricardo. A América Latina na economia-mundo capitalista no Século XXI: a influência da China e os limites do modelo primário-exportador. **Revista Desarrollo Estado y Espacio**, Santa Fe, v. 3, n. 1, 2024.

OURIQUES, Helton Ricardo. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. *In: GU, Tiejun (Org.). Opiniões de acadêmicos brasileiros sobre a China*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Confúcio UFRGS, 2019. p. 51-94.

PALMA, Gabriel. Desindustrialização prematura e reprimarização: tendências recentes na América Latina. *Nova Economia*, v. 29, n. 2, p. 269–303, 2019.

PALMA, José Gabriel. O Brasil na armadilha da reprimarização: uma análise comparativa com a Austrália e o Canadá. *In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). Doença holandesa e a indústria*. São Paulo: Editora FGV, 2010. p. 211-255.

PAMPLONA, Leonardo; SALARINI, Julio; KADRI, Nabil. Potencial da bioeconomia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e possibilidades para a atuação do BNDES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 55-86, dez. 2021.

PASTRE, Rafael. **Reprimarização do desenvolvimento: o papel das principais agroindústrias brasileiras de soja na região Centro-Oeste (1994-2014)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

PEREIRA, Gabriel de Jesus. **Análise da reprimarização das exportações brasileiras, encadeamentos e empregos das atividades exportadoras entre 2000 e 2019**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

POMPERMAYER, Fabiano Mezadre. Modelo norueguês de desenvolvimento da cadeia de fornecedores da indústria do petróleo e sua aplicabilidade ao Brasil. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasília, n. 17, p. 7-15, fev. 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

PREBISCH, R. *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*. Revista CEPAL, Santiago do Chile, n. 1, 1950.

RODRIGUES, Maria Aparecida; TOMAZI, Murilo; BONDAR, Juliana (Ed.). **Biorrefinarias no Brasil: desafios e oportunidades**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

SACHS, Jeffrey D.; WARNER, Andrew M. Natural resource abundance and economic growth. *NBER Working Paper Series*, n. 5398, 1995.

SALAMA, P. *Crise e vulnerabilidades das economias latino-americanas*. São Paulo: UNESP, 2020.

SANTOS, Allan Silveira dos; ABRITA, Mateus Boldrine; GONZALES, Érica. Reprimarização e desindustrialização: análise dos impactos da lei kandir e da parceria com a china no complexo soja. *In: Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão - ENEPE*, 2016, Dourados. **Anais...** Dourados: UEMS, 2016.

SANTOS, Carlos Alexandre Ataíde dos. **Reflexões do processo de desenvolvimento brasileiro a luz do desenvolvimento sul-coreano (1950-2013):** Potenciais Lições. 2014. Monografia (Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SANTOS, Thauan; CAMOÇA, Alana; RODRIGUES, Bernardo Salgado. Relações econômicas entre América Latina e Caribe e China e seus impactos na integração regional (2001-2016). **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 107-134, dez. 2020.

SCHMIDT, Wilson; WEDEKIN, Ilson. O papel do BNDES no fomento à inovação e bioeconomia no agronegócio. *In: BNDES. O BNDES e a Bioeconomia Brasileira.* Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2021. p. 13-28.

SERRANO, Franklin. O superciclo de alta dos preços das commodities. *In: FIORI, J. L.; SERRANO, F. O Mito do Grande Salto para o Século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2013.

THE ECONOMIST. *The Dutch disease.* London: The Economist, 26 nov. 1977.

TORRES, Danielle Alencar Parente (Ed.). **Bioeconomia: Oportunidades para o Setor Agropecuário.** Brasília, DF: Embrapa, 2022.

USDA – United States Department of Agriculture. *World Agricultural Supply and Demand Estimates.* Washington, D.C.: USDA, 2021.

VIEIRA, P. F.; DALCAMO, A.; AMORIM, L. *Agronegócio e reprimarização da economia brasileira: uma análise crítica.* Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 54, n. 3, p. 421–438, 2016.

VIEIRA, Pedro Abel; BUAINAIN, Antônio Marcio; FIGUEIREDO, Eliana Valeria Covolan. O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil? **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 51-81, jan. 2016.

VIEIRA, Pedro Abel; et al. (Org.). **Geopolítica do alimento: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade.** Brasília, DF: Embrapa, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno.* Vol. 1. Lisboa: Centelha, 2004.

WORLD BANK. *Poverty and shared prosperity 2020: reversals of fortune.* Washington, D.C.: World Bank Group, 2020.